

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

MARIA ANA CLEMENTE FALCÃO

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA:
Impactos da Eleição de Mulheres Prefeitas no Brasil

RIO DE JANEIRO

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

MARIA ANA CLEMENTE FALCÃO

**LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA:
Impactos da Eleição de Mulheres Prefeitas no Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Eduardo Pontual Ribeiro

Coorientadora: Lena Lavinas

RIO DE JANEIRO

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

F178 Falcão, Maria Ana Clemente.

Lugar de mulher é na política: impactos da eleição de mulheres prefeitas no Brasil. /
Maria Ana Clemente Falcão. – 2019.
60 p.; 31 cm.

Orientador: Eduardo Pontual Ribeiro.

Coorientadora: Maria Helena Lavinias de Moraes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia,
2019.

Bibliografia: f. 56 a 59.

1. Representação política. 2. Eleições. 3. Gênero. I. Ribeiro, Eduardo Pontual, orient.
II. Moraes, Maria Helena Lavinias de, coorient. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Instituto de Economia. IV. Título.

CDD 323

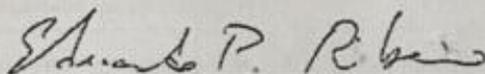
FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA ANA CLEMENTE FALCÃO

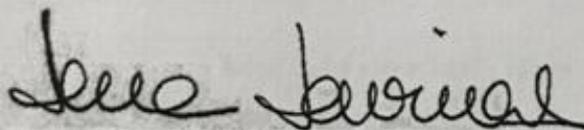
LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: Impactos da Eleição de Mulheres Prefeitas no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

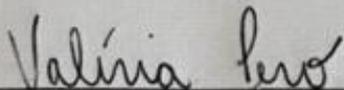
Aprovada em Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.



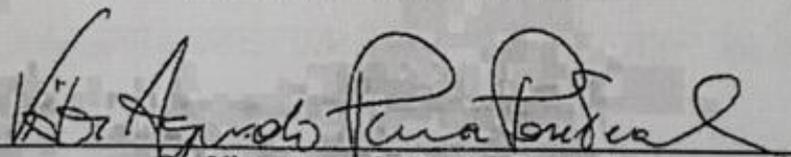
Prof. Dr. Eduardo Pontual Ribeiro (Orientador)
(Instituto de Economia/UFRJ)



Profª. Dra. Lena Lavinas (Coorientadora)
(Instituto de Economia/UFRJ)



Profª. Dra. Valéria Lúcia Pero
(Instituto de Economia/UFRJ)



Dr. Vitor Azevedo Pereira Pontual
(Mestrado Profissional em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas/ENAP)

Às mulheres, cuja existência é luta.
Seguimos lutando para existir em todos
os lugares que desejamos. Juntas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida e por esse caminho de busca e autoconhecimento. O entendimento de que a única mudança possível é mudar a mim mesma direciona e faz do caminho mais leve.

À minha mãe e ao meu pai, agradeço por seguirem apoiando minhas escolhas nessa vida e por serem fonte inesgotável de força, segurança e encorajamento quando as decisões ficam mais difíceis e pouco óbvias.

Ao Maurício, parceiro da minha vida, agradeço pela companhia, pelas descobertas, pela paciência e pela leveza que você me traz. A nossa história, que começou junto com esse mestrado e se misturou com ele tantas vezes, segue agora por novas estradas, novos lugares, novas aventuras, sempre juntas.

Ao querido Micael que, além de compartilhar a vida, compartilhou comigo a árdua jornada do mestrado. Obrigada por tantas conversas, ligações e apoios, por ajudar a colocar os pensamentos em ordem e por me lembrar como a minha pesquisa era incrível e importante.

Agradeço imensamente ao meu orientador Eduardo Pontal que confiou tantas vezes em mim e no meu trabalho e que, além de brilhante e sempre disponível, executa com maestria a tarefa de orientar jovens estudantes nesse lugar que é a academia. Sempre, sempre, sempre me acalmou, me colocou para cima e me fez acreditar que tudo aquilo era mais possível. A academia precisa de mais gente assim. À minha coorientadora, querida Lena Lavinias, mulher incrível e inspiração de vida, agradeço por me lembrar que a minha pesquisa, assim como nós, é feminista. O seu direcionamento para que eu saísse do óbvio e olhasse para além da economia deu sentido a este trabalho. Agradeço às professoras San Romanelli, Rudi Rocha e Cláudio Ferraz pelas aulas brilhantes e pela inspiração. Agradeço à querida Valéria Pero e ao Vitor Pereira pelas críticas e sugestões ao trabalho. Às funcionárias da UFRJ, em especial à Beth e ao Fábio, incansáveis em nos ajudar, agradeço a dedicação diária.

Agradeço à CAPES pelo financiamento da minha pesquisa e de tantos outros estudos científicos, indispensáveis para o desenvolvimento deste país.

Agradeço com carinho a Camila, Nikolas, Matheus e Fernando. Das aulas para a vida, a companhia de vocês divide o peso e potencializa a força. Ao Duque, por todas as discussões e aprendizados que tivemos juntos (regredindo os dados, não a vida). Às colegas (e amigas) de trabalho da SES/MA, Deisy, Pedro, Mari e Sâmia, e ao meu chefe Marcos Grande pelo apoio na etapa final deste trabalho. Agradeço ao Caio pelas conversas, teorias e pela força.

Agradeço às queridas tia Angela, Clara e Rachel que me acolheram durante este tempo e foram companhia, exemplo, carinho e cuidado.

E agradeço à Lúcia, que me ajuda a ver com mais nitidez as forças e potências dentro de mim. O caminho tem sido mais consciente e possível com o nosso trabalho.

Por fim, agradeço às mulheres de todas as cores, credos, classes, sexualidades, em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as suas complexidades. Às mulheres que existem, resistem, sobrevivem. Nossos corpos não parecem nossos, nossa inteligência não parece suficiente, nossas lutas não parecem importantes. Mas são. Somos. Seguimos juntas.

“Para que uma de nós seja eleita, outras cem precisam tentar.”

– Alexandria Ocasio-Cortez
(Tradução da autora)

RESUMO

FALCÃO, Maria Ana Clemente. *Lugar de Mulher é na Política: Impactos da Eleição de Mulheres Prefeitas no Brasil*. 2019. 50 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Ao investigar a questão da representação política da mulher, esta dissertação traz nova evidência sobre o papel de mulheres ocupando posições de destaque na política brasileira. No Brasil e no mundo, mulheres ainda são um grupo sub-representado na política e seus interesses continuam dependendo da decisão de uma maioria de representantes homens. Uma hipótese para reversão deste quadro é que a candidatura e eleição de mulheres para cargos políticos representativos pode contribuir para a superação de barreiras à entrada de mulheres na política, ou ainda para que outras mulheres se engajem mais politicamente. Usando o método de Regressão Descontínua em eleições muito disputadas em que uma candidata mulher e um candidato homem concorreram à prefeitura, examina-se o efeito da presença política de mulheres como prefeitas dos municípios brasileiros sobre a representatividade feminina nas Câmaras de Vereadores. Os resultados mostram que mulheres em cargos políticos de liderança impactam em aproximadamente 30% o percentual de mulheres eleitas vereadoras. Isto sugere que a presença de mulheres no cenário político pode funcionar como um mecanismo importante para aumentar a representatividade feminina em cargos de representação popular na política.

Palavras-chave: gênero, política, representação política, eleições, feminismo.

ABSTRACT

FALCÃO, Maria Ana Clemente. *Lugar de Mulher é na Política: Impactos da Eleição de Mulheres Prefeitas no Brasil*. 2019. 50 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Analyzing the issue of women's political representation, this dissertation brings new evidence about the role of women occupying prominent positions in Brazilian politics. In Brazil and around the world, women are still an underrepresented group in politics and their interests continue to rely on the decision of a majority of male representatives. A hypothesis that might help reverse this situation is that the election of women to representative political positions can contribute to overcome barriers to women's entry in politics and to engage other women politically. Using a Regression Discontinuity Design in close elections between female and male mayoral candidates, this paper examines the effect of the political presence of women as mayors of Brazilian municipalities on female representation in city councils. The results show that women in political leadership positions impact approximately 30% of the portion of women elected councilors. This suggests that the presence of women in the political arena may function as an important mechanism for increasing female representation in politics.

Keywords: gender, politics, political representation, elections, feminism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas: Municípios com uma Mulher Prefeita vs. Municípios com um Homem Prefeito.....	44
Tabela 2 – RDD: Descontinuidades em Características Municipais e Individuais em Eleições Mistas Competitivas.....	45
Tabela 3 – Impacto do Gênero da Prefeita Eleita sobre a Candidatura e Eleição de Mulheres para o Cargo de Vereadora	47
Tabela 4 – Testes de Robustez.....	50
Tabela 5 – Estatísticas Descritivas: Eleições Mistas vs. Outras Eleições.....	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONTEXTO TEÓRICO	13
2.1	O Lugar da Mulher na Sociedade	14
2.2	Democracia Representativa e Igualdade Política	19
2.3	O Lugar da Mulher na Política.....	21
2.4	Ações Afirmativas	26
3	EVIDÊNCIA EMPÍRICA	30
4	DADOS E METODOLOGIA	37
4.1	Dados	37
4.2	Estratégia de Identificação: RDD	38
4.3	Estimação	41
5	RESULTADOS.....	43
5.1	Estatísticas Descritivas	43
5.2	Impacto do Gênero sobre a Candidatura e Eleição de Mulheres Vereadoras.....	46
5.3	Testes de Robustez e Validade Externa.....	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
	APÊNDICE.....	60

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação investiga um assunto presente nos debates sobre igualdade de gênero: a representatividade da mulher na política que, no Brasil (e no mundo), ainda é muito baixa. Após 20 anos da instituição de cotas para candidatas mulheres nos partidos políticos, elas ainda são um grupo sub-representado na política brasileira em relação à sua presença na população, e seus interesses continuam dependendo da decisão de uma maioria esmagadora de representantes homens. As mulheres representam 15% do total de membros da Câmara dos Deputados e apenas 9% do Senado; elas são 13% dos vereadores, 12% dos prefeitos e, dos 27 estados brasileiros, apenas um possui uma mulher como governadora. Como desenvolver políticas públicas coerentes com os problemas da sociedade brasileira, se quem as formula está tão distante das necessidades do povo? Apenas um cenário político representativo da população é capaz de pensar em soluções coesas com a realidade.

No campo da Economia Política, uma extensa literatura empírica mostra que, de fato, a identidade dos políticos faz diferença para a criação e implementação de políticas, em particular, o gênero dos políticos (BESLEY, CASE, 2003; CHATTOPADHYAY, DUFLO, 2004; SVALERYD, 2009; CLOTS-FIGUERAS, 2011, 2012; BHALOTRA, CLOTS-FIGUERAS, 2014; BROLLO, TROIANO, 2016). Para um melhor entendimento deste tema, buscou-se na Ciência Política justificativas para esta hipótese, o que levantou duas discussões: uma sobre democracia e o conceito de igualdade política, e outra sobre justificativas para a importância da representatividade de mulheres na política e o sentido desta representação.

Entre as justificativas, uma se refere às perspectivas sociais próprias a um grupo de pessoas (no caso, mulheres) que são formadas a partir das vivências específicas deste grupo e que estão indisponíveis para quem não faz parte dele. A perspectiva das mulheres é base comum da vivência feminina na sociedade. Ela não gera uma identidade única nem leva necessariamente a interesses comuns, mas cria um conhecimento sobre o mundo social que apenas uma mulher tem condição de expressar e que precisa ser integrado aos espaços de tomada de decisão. Para que o parlamento de um país reflita a sociedade que representa, não pode ser composto quase exclusivamente por homens, quando mais da metade da população é formada por mulheres.

Para a contextualização da discussão principal, outras questões teóricas feministas, mais profundas que a representação política e que tratam do lugar que a mulher ocupa historicamente na sociedade, também serão abordadas. São elas: a relação e os limites entre a

vida pública e privada; as questões sobre a igualdade e a diferença entre mulheres e homens; e a identidade que une os vários grupos de mulheres e o que os diferencia.

Buscando entender como essa desigualdade política pode ser combatida, pesquisadores têm se dedicado a estudar como aumentar a participação da mulher na política e quais os impactos resultantes dessa participação. Estes dois temas de estudos podem ser relacionados em uma mesma hipótese: de que a candidatura e eleição de mulheres para cargos políticos representativos faz com que outras mulheres se engajem mais politicamente, tanto em atividades locais, participando mais ativamente de atividades e conselhos em suas comunidades, quanto como um estímulo para que mais mulheres concorram a cargos eletivos (BROOKMAN, 2014).

A exposição a mulheres em posições políticas de destaque pode ter como efeito demonstrar às elites políticas, aos eleitores e às próprias mulheres o que elas são capazes de realizar quando conseguem alcançar esses espaços, e talvez até superar barreiras à entrada de mulheres na política em cargos eletivos, como a discriminação de gênero para posições de liderança. Ou ainda, mulheres como líderes políticas podem atuar como modelos a serem seguidos por outras mulheres. Neste sentido, o presente estudo testa essa hipótese no Brasil e traz nova evidência sobre os impactos da atuação de mulheres em cargos eletivos, em particular, da sua atuação enquanto prefeitas de municípios brasileiros.

Assim, a dissertação tem como objetivo estimar os efeitos da presença política de mulheres como líderes de governos municipais no Brasil sobre a representatividade política feminina nas Câmaras de Vereadores, entre os anos de 2000 e 2016. Mais especificamente, este estudo contribui para a literatura ao fornecer evidência do efeito causal que o gênero do prefeito eleito tem sobre a candidatura e eleição de mulheres para o cargo de vereadora. Para isso, será usada a técnica econométrica de Regressão Descontínua Determinística em eleições muito disputadas, ou seja, eleições em que o candidato eleito venceu por uma pequena margem de votos, nas quais concorreram dois candidatos, sendo uma mulher e um homem.

Em relação ao efeito da presença de uma mulher como prefeita sobre a candidatura de outras mulheres à vereadora na eleição seguinte de um dado município, os coeficientes estimados não apresentaram significância estatística, de modo que não se pode inferir causalidade nesta relação, ainda que sejam positivos, sugerindo que a eleição de uma mulher prefeita é correlacionada com um maior percentual de mulheres candidatas à vereadora.

Já os resultados do impacto de se ter uma mulher prefeita sobre a eleição efetiva de mulheres vereadoras mostram que, em média, o percentual de mulheres eleitas vereadoras é maior em municípios nos quais os eleitores tiveram uma mulher prefeita liderando a política

local nos quatro anos anteriores. A probabilidade de se eleger uma proporção maior de mulheres vereadoras aumenta entre 4,6 e 4,8 pontos percentuais em municípios com mulheres prefeitas em comparação àqueles com homens prefeitos. Considerando que a média da proporção de mulheres vereadoras na amostra estudada é de 16%, isto equivale a um aumento de aproximadamente 30%. Levando em conta ainda que, em média, o percentual de mulheres eleitas vereadoras se manteve estável em todo o período analisado, é relevante notar que esse percentual foi maior em municípios nos quais a prefeita era mulher no mandato imediatamente anterior. Isto sugere que a presença de mulheres em uma posição política de destaque pode funcionar como um mecanismo importante para aumentar a representatividade feminina na política ao modificar o comportamento dos eleitores, levando-os a eleger mais mulheres na eleição seguinte.

Para endereçar essa série de discussões, a dissertação está dividida em seis capítulos, a contar com esta introdução. O próximo capítulo faz uma revisão da literatura de Ciência Política sobre a representatividade da mulher na política. O capítulo três traz evidências empíricas presentes na literatura sobre as diferenças na atuação de mulheres e homens em cargos políticos de liderança. A descrição dos dados e da estratégia empírica utilizada é tema do quarto capítulo. Em seguida, o capítulo cinco expõe os resultados encontrados, juntamente às estatísticas descritivas e aos testes de robustez realizados. Por fim, na última parte do trabalho são apresentadas as conclusões e considerações finais.

É importante ressaltar para quem lê este trabalho a questão do uso dos gêneros feminino e masculino na língua portuguesa, que naturaliza o masculino para a descrição e generalização de todos os seres. Isso reforça o protagonismo socialmente estabelecido do homem e contribui para a invisibilização da presença e contribuição histórica das mulheres. É preciso um trabalho ativo para quebrar este condicionamento e encontrar alternativas neutras de expressão. Com o objetivo de que leitor pratique um exercício de atenção e desconstrução deste padrão, optou-se por, a partir do próximo capítulo, utilizar o gênero feminino para todas as generalizações¹. Espera-se que este esforço a mais na leitura não diminua o ânimo do aprendiz, mas que contribua para o engajamento na luta pela equidade.

¹ Para facilitar o entendimento, sempre que o uso do feminino se referir a mulheres será acompanhado da palavra “mulher”. Por exemplo, na frase: “em eleições muito acirradas disputadas entre uma candidata mulher e um candidato homem”, a expressão “uma candidata mulher” se refere a uma candidata do gênero feminino; enquanto na frase “são administrados por uma prefeita eleita diretamente por eleitoras para um mandato de quatro anos”, as palavras “prefeita” e “eleitoras” foram usadas para generalizar e se referem a indivíduos de ambos os gêneros. A única exceção a essa regra ao longo do texto ocorre na generalização do substantivo “político”, que será feita no masculino, pois a sua utilização no feminino pode causar ambiguidade com outros significados de “política” (como no sentido de “política pública”).

2 CONTEXTO TEÓRICO

Este trabalho propõe uma avaliação empírica do argumento de que mulheres em posições políticas de liderança geram impactos diferentes de homens em posições similares, particularmente sobre a candidatura e eleição de outras mulheres. Para um melhor entendimento deste tema, buscou-se na Ciência Política justificativas para esta hipótese, o que levantou duas discussões principais: uma sobre democracia e o conceito de igualdade política e outra sobre justificativas para a importância da representatividade de mulheres na política e o sentido desta representação.

Contudo, antes disso, é importante evidenciar algumas outras questões feministas que se destacaram ao longo desta pesquisa, mais profundas que a representação política e necessárias para a sua contextualização; questões que tratam do lugar que a mulher ocupa historicamente na sociedade e complexificam a discussão principal. São elas: a relação e os limites entre a vida pública e privada; questões sobre a igualdade e a diferença entre mulheres e homens; e a identidade que une os vários grupos de mulheres e o que os diferencia.

2.1 O Lugar da Mulher na Sociedade

Não é de hoje que a discussão sobre a exclusão e discriminação das mulheres se faz presente. Mas, em uma sociedade marcada por relações de poder e opressão dos homens sobre as mulheres, os registros históricos invisibilizaram a existência feminina. Na segunda metade do século XIV, Christine de Pisan, considerada a primeira feminista dos tempos modernos (THOMÉ; MELO 2018), foi escritora e denunciou em seus livros as violências e injustiças às quais as mulheres eram submetidas. Segundo Thomé e Melo (2018), o feminismo passa a se fazer mais presente na história no final do século XVIII, época da Revolução Francesa e independência dos Estados Unidos, quando movimentos pelos direitos das mulheres começaram a ser construídos nesses dois continentes. Esse movimento se fortaleceu com a luta pelo sufrágio feminino entre o final do século XIX e início do século XX, e se intensificou desde os anos 1970, com discussões sobre a cidadania da mulher e a luta por direitos civis.

No decorrer de sua própria história, foi preciso que o feminismo aprofundasse seus questionamentos sobre a ordem social existente. A luta das mulheres pela conquista do voto no século XIX e a obtenção deste direito no século seguinte não resultou em uma expressiva

presença feminina nos espaços de poder, indicando que os mecanismos de exclusão da mulher eram mais intrínsecos à sociedade do que as restrições determinadas por leis.

Nas lutas pelo voto feminino e pelo acesso das mulheres à educação, assim como na exigência de direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, do direito das mulheres à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva, o feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, é claro, mas também das formas de pensar o mundo que a legitimavam. (...) Cada vez mais, em vez da incorporação das mulheres à ordem existente, tornava-se clara a necessidade de uma transformação profunda dessa ordem. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.8)

É relevante ressaltar que o feminismo não trata apenas de questões específicas: as relações de gênero atravessam muitos aspectos da sociedade e afetam a todos os indivíduos, não apenas às mulheres. Para Miguel e Biroli (2014), o machismo como forma de organização das relações sociais reduz as oportunidades de participação social das mulheres e limita a expressão dos homens, enquanto a divisão sexual do trabalho e os estereótipos de feminino e masculino gerados por ela influenciam a socialização das crianças, contribuindo para a manutenção de uma perspectiva de gênero desigual. Essa desigualdade define posições relativas entre os indivíduos – nesse caso, entre mulheres e homens – em diferentes esferas da vida e, combinada de forma complexa com desigualdades de classe, raça e sexualidade, cria injustiças que impedem a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias.

A diferenciação entre as esferas pública e privada é um ponto de partida importante para discussões feministas na teoria política, e se relaciona com a divisão sexual do trabalho. Ao explicitar as relações de poder em diversos aspectos cotidianos, essa distinção destaca a conexão existente entre os ambientes públicos e privados, de modo que a dimensão pública da vida dos indivíduos não será corretamente analisada sem o entendimento de como se comporta a dimensão privada. Deste modo, para entender a baixa presença das mulheres na política, por exemplo, é necessário entender de que forma suas atividades privadas limitam sua participação pública na sociedade.

A preservação da privacidade às normas estabelecidas na esfera pública resulta na privação de direitos, liberdades e autonomia da mulher no ambiente familiar, muitas vezes comprometendo sua integridade física e psicológica² e, deste modo, contribui para a perpetuação da dominação masculina, tornando ainda mais vulneráveis os indivíduos oprimidos nas relações de poder (MIGUEL; BIROLI, 2014). A imposição de papéis de gênero previamente definidos para as mulheres, como o cuidado com a casa e a família, fez com que

² Segundo a pesquisa realizada no Brasil pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto Datafolha (2019), mulheres correm mais risco de sofrer violência em espaços privados do que em espaços públicos e 42% das entrevistadas apontam a casa como local onde aconteceu a agressão. “A tipificação da violência doméstica e do estupro no casamento como crimes são exemplos de que a ‘interferência’ na vida privada é incontornável para garantir a cidadania e mesmo a integridade física das mulheres e das crianças” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 34).

o comportamento doméstico fosse considerado natural ao gênero feminino, como se a natureza fosse responsável pela hierarquia social existente entre mulheres e homens, e justificando as coisas como são. Com isso, as violências também se tornam justificáveis.

De acordo com Pateman (1993), o contrato social, de Rousseau, que define um modo de organização da sociedade baseado no Estado, é precedido por outro contrato, à época invisível aos olhos do autor: o contrato sexual. A autora explica que os homens eram percebidos como trabalhadores que sustentavam a si e a suas famílias em uma visão distorcida que invisibilizava que estes mesmos homens dependiam do trabalho de suas esposas, restrito ao espaço doméstico. Tanto os trabalhos domésticos de limpeza, alimentação, costura, quanto o de criação de filhas e filhos, não eram vistos como trabalhos, mas naturalizados como exercício de ser mulher e, a partir da ideia de um instinto materno de cuidado, foram pressupostos como naturais a todas as mulheres. Pateman aponta que o salário do “homem trabalhador” era, na verdade, um salário duplo, que previa sustentar o homem e a mulher que compunham uma família, elemento chave daquela organização de sociedade; porém, a invisibilização social dos trabalhos (fundamentais) exercidos pelas mulheres criou a falsa impressão de que as mulheres eram sustentadas pelos homens. Esse pensamento se mantém presente até hoje em muitos aspectos da sociedade.

Ao recair sobre as mulheres, o peso das responsabilidades domésticas e familiares impede a participação paritária de mulheres e homens na vida pública e influencia a sua inserção no mercado de trabalho, tanto a sua atuação quanto o nível salarial: “faz com que as mulheres tenham jornadas menores no mercado de trabalho, mais dificuldades de progressão na carreira e trajetórias laborais mais descontinuadas ao longo da vida produtiva” (ARAÚJO; GUEDES, 2011, p. 7). Em geral, os trabalhos em tempo parcial são os que pagam menos, são mais precários³ e as possibilidades de ascensão são menores. Segundo Araújo e Guedes (2011), em relação aos diferenciais salariais, as mulheres ganham menos do que os homens em todos os tipos de ocupação analisados⁴; mesmo com uma vantagem educacional em relação a eles, o diferencial salarial cresce conforme aumenta a escolaridade e o diferencial entre mulheres e homens do grupo com ensino superior é o que mais lentamente cai ao longo do tempo. Além de limitar as possibilidades de participação da mulher na sociedade, o trabalho doméstico não é remunerado ou reconhecido, ainda que seja essencial para a

³ As autoras usam a informalidade como indicador de precariedade das condições do trabalho (embora o emprego formal feminino tenha aumentado, mulheres são mais vulneráveis neste aspecto).

⁴ Os tipos de ocupação estudados pelas autoras são: empregada com e sem carteira assinada, trabalhadora doméstica com e sem carteira assinada, militar e funcionária pública, trabalhadora por conta própria e empregadora.

dedicação do homem ao trabalho pago, como exposto anteriormente. Isso leva à maior concentração da renda nas mãos dos homens e, junto com a persistência dos diferenciais salariais, colabora para a desigualdade distributiva entre os gêneros.

Sob a perspectiva feminista, a suposta visão “universal” de como as organizações sociais se operam não se sustenta mais como neutra: as neutralidades estabelecidas na sociedade são, na verdade, “posições hegemônicas que foram, a partir da experiência masculina (e não de qualquer homem, mas dos homens brancos e proprietários), amplamente traduzidas como ‘humanas’ e ‘cidadãs’” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 14). Nesse contexto, durante muito tempo, as feministas buscaram condições de vida iguais para todos, independentes do gênero. Contudo, com a consciência de que ocupam lugares diferentes na sociedade, é preciso dar um passo atrás e entender as condições concretas de existência de mulheres e homens e a presença de hierarquias sociais que diferenciam esses indivíduos, porque tudo que for definido a partir de uma premissa de igualdade não será adequado à realidade e não conseguirá gerar resultados equânimes.

A falta de políticas adequadas para a conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado com a casa penaliza muito mais as mulheres do que os homens (...). Além disso, a violência doméstica e sexual se mantém em patamares significativos, a despeito dos avanços na legislação. Embora essas dimensões da realidade tenham enorme impacto nas oportunidades dos indivíduos, sobretudo nas camadas mais pobres da população, (...) a esfera privada e, sobretudo, o âmbito das relações familiares, afetivas e domésticas, não existem ou não são construídos como variável política relevante na maior parte das correntes e dos estudos. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 11-12)

De acordo com Araújo (1998), é necessário o fortalecimento das particularidades das mulheres para que se consiga reconhecimento e legitimidade na agenda política, de forma que a criação de políticas diferentes para indivíduos com necessidades específicas proporcione a eles condições e oportunidades mais igualitárias. Por outro lado, a autora reconhece a importância da negação de certas diferenças, como as que estabelecem papéis sociais e comportamentos pré-definidos para as mulheres. Como destacam Miguel e Biroli (2014), as diferenças são diferentes entre si e enquanto algumas precisam ser valorizadas, outras devem ser apagadas: “a diferença que se associa a igualdade é aquela que permite a livre expressão das individualidades, não a que aprisiona indivíduos e grupos em posições estereotipadas” (p. 77).

Para que a discussão feminista seja mais potente e robusta, é necessário ainda adicionar à análise o fato de que dentro do próprio grupo de mulheres existem hierarquias de poder, marcadas por raça, classe, sexualidade e outros tantos recortes. O feminismo interseccional reconhece que a identidade feminina é múltipla e que as mulheres vivenciam a opressão em diferentes níveis de intensidade (VIDAL, 2014), de modo que suas necessidades,

valores e interesses podem variar muito. Mulheres negras, pobres, lésbicas, com deficiência física/mental ou transgênero enfrentam maior vulnerabilidade social do que mulheres brancas cisgêneras, de classe média/alta e heterossexuais, por exemplo, pois esbarram em preconceitos e opressões que vão além do fato de serem mulheres. Se junta a isso o fato de que mulheres brancas cisgêneras possuem privilégios e podem oprimir outras mulheres ao silenciar suas dificuldades e até suas existências; perceber essa situação de privilégio é imperativo para que o movimento feminista ganhe força e fortaleça verdadeiramente todas as mulheres (RIBEIRO, 2018). A luta pela igualdade passa assim pela discussão de gênero, mas também de classe e raça.

Durante a discussão principal desta dissertação sobre a atuação de mulheres na política e suas consequências, a abordagem interseccional não será utilizada, sobretudo devido à inexistência de informações referentes à raça, etnia, orientação sexual e outras categorias sociais das candidatas nas bases de dados empregadas neste estudo. A falta destes dados limita o escopo deste trabalho aos dados disponíveis, pois entende-se a impossibilidade de abordar tais questões de maneira bem fundamentada. Cabe aqui afirmar o posicionamento crítico da autora da dissertação sobre esta situação, não exclusiva do cenário brasileiro. Como exposto por Childs e Lovenduski (2013), ainda que a heterogeneidade das mulheres tenha sido muito teorizada, a escassez de dados sobre suas várias categorias sociais reflete a cultura política de cada país onde os dados são coletados, que ainda não prevê de maneira satisfatória a importância de tais elementos e de suas análises para o desenvolvimento de cada sociedade.

É importante ainda ressaltar que a falta de dados também prejudica a análise deste trabalho no que diz respeito ao conceito de gênero. Entende-se aqui que gênero é uma construção social, organizada a partir de comportamentos e normas pré-estabelecidas na sociedade – é um papel social. Assim sendo, não deveria ser exclusivamente ligado ao órgão genital dos indivíduos e nem é sinônimo para o conceito de sexo biológico. Para Butler (2003), esta recorrente confusão entre sexo e gênero ocorre devido à cristalização dos comportamentos a partir de normas binárias e heteronormativas, as quais enquadram cada sujeito em uma identidade pré-definida. Essa normatividade identitária está presente na língua, na cultura, na história, na publicidade, e também nas instituições sociais, e constrói a formação de preferências, vontades e desejos, bem como os modos de viver em sociedade. Isso significa que a percepção de uma pessoa sobre seu gênero não é uma escolha, é um entendimento sobre sua própria identidade e sobre a forma como ela se reconhece como indivíduo, independentemente de seu sexo biológico.

Por se tratar de um trabalho empírico que utiliza dados disponibilizados pelo governo, que não possuem recorte de gênero além da dicotomia mulher/homem, optou-se nesta dissertação por aprofundar a discussão relativa a gênero de forma limitada à contraposição entre feminino/masculino, para melhor embasar a interpretação dos resultados obtidos. Entretanto, o conceito de gênero abrange muitas outras possibilidades que vão além desta dualidade. Com o objetivo de não invisibilizar existências menos normativas das performances de gênero, como indivíduos transgênero, travestis, intersexuais, não binários, entre outros que não se encaixam na tradicional divisão entre feminino e masculino, destaca-se aqui a falta de reconhecimento social destas pessoas, que tem como um de seus sintomas a inexistência de dados públicos que as identifique na população.

Assim como o debate sobre igualdade e diferenças entre mulheres e homens, a identidade que une os vários grupos de mulheres e suas diferenças também são aspectos relevantes da pauta feminista. Ao mesmo tempo em que a união das mulheres enquanto grupo é importante para a sua visibilidade e sem a qual a mobilização política não se realiza, a existência de vivências, necessidades e interesses tão distintos dentro deste mesmo grupo torna incoerente qualquer defesa essencialista da inclusão de mulheres na política. Um argumento mais potente diz que é exatamente pela ausência de valores e interesses comuns que se faz tão necessária a ampliação da presença de mulheres no cenário político (ARAÚJO, 1998). A diversidade se faz tão importante no contexto político, porque não há democracia sem representatividade⁵ e, por sua vez, não há representatividade sem diversidade.

2.2 Democracia Representativa e Igualdade Política

A partir de diferentes conceitos de democracia, pode-se avaliar de formas distintas a baixa representatividade da mulher (e de outros grupos sub-representados) na política. A *exclusão legal* de certos grupos específicos seria de fato antidemocrática, pois contraria princípios fundamentais da democracia, como a igualdade e liberdade política. Entretanto, uma questão que pode ser levantada é se a *exclusão efetiva*, que se observa na prática mesmo quando o direito ao voto universal já foi conquistado pela população, é menos democrática. A resposta para este questionamento depende dos princípios de democracia usados como parâmetro.

⁵ Conceitualmente, existe democracia sem representatividade, a democracia direta. Contudo, na democracia direta, todas e todos devem participar de forma igual. E não há participação genuína de todas as pessoas se não houver diversidade.

Considerando que a exclusão efetiva surge da escolha da eleitora feita por meio do voto e que igualdade política requer que a capacidade de julgamento de cada cidadã seja respeitada, pode-se defender que tudo que resulta da escolha da eleitora é democrático (CHRISTIANO, 2003). Por outro lado, ao considerar que o princípio de igualdade política também diz respeito à representatividade, pode-se afirmar que a exclusão de certos grupos de cargos liderança configura um tipo de desigualdade política e, por isso, é menos democrática (PHILLIPS, 2003). É uma escolha entre a igualdade do valor do voto individual e a igualdade da representação política. Ao aumentar um tipo de igualdade, necessariamente o outro diminui.

De acordo com Manin (1997), o que hoje é chamado de democracia representativa tem sua origem em um sistema de instituições estabelecido há mais de 200 anos durante as revoluções inglesa, francesa e americana, e que, naquela época, não era entendido como uma forma de democracia ou de governo do povo. Havia uma distância enorme no entendimento de pessoas livres fazendo suas próprias leis e pessoas elegendo representantes para esta função. A transição das cidades-estados da Antiguidade para as populosas nações atuais criou uma limitação para a participação democrática: se tornou impossível que todas as cidadãs participassem diretamente do governo (CHILDS; LOVENDUSKI, 2013). A representação política resolveu esta questão ao delegar as decisões a respeito dos interesses do povo a um número menor de indivíduos. Mas, mesmo que o significado de democracia tenha evoluído desde que os governos representativos foram criados, ainda guarda sentidos comuns ao seu emprego original na antiguidade, em particular em Atenas, como a noção de igualdade política entre as cidadãs e de que o poder pertence ao povo (MANIN, 1997).

Manin mostra que ao definir uma distinção entre governo representativo e democracia, implicitamente se define o primeiro como uma forma indireta de governo do povo, sendo a presença de alguns indivíduos agindo em nome dos outros o critério para distinguir entre dois tipos de democracia, direta e indireta. No entanto, não é óbvio o que significa dizer que, em um governo representativo, o povo governa indiretamente por meio de suas representantes: estas representantes têm a tarefa de julgar o que é melhor para quem estão representando ou devem agir conforme o povo agiria em seu lugar?

Esta questão tem sido extensivamente discutida na literatura de Ciência Política, sem consenso único. Ela se faz presente desde a fundação do sistema representativo, como no entrave entre federalistas e antifederalistas nos primeiros anos da independência dos Estados Unidos, na elaboração de sua Constituição (MANIN, 1997). Para federalistas, representação era a atividade independente de um indivíduo a quem foi confiado fazer seus próprios

juízos no que diz respeito aos interesses do povo. Por outro lado, a principal oposição de antifederalistas à Constituição dizia respeito ao fato de que a razão proposta entre o número de eleitos e eleitoras era muito pequena para alcançar uma semelhança ideal entre o povo e suas representantes. “[A assembleia] deveria ser um retrato exato do povo em geral. Deveria pensar, sentir, raciocinar e agir como eles” (JOHN ADAMS, 1776, apud MANIN, 1997, p. 111, tradução da autora). O objetivo era que as representantes agissem como o próprio povo teria agido se estivesse ali⁶.

A busca pela representação de grupos pode parecer, a princípio, conflitante com o que tem sido o movimento da democracia, que se afasta do privilégio de alguns grupos dominantes na direção de um ideal de cidadania, na qual cada indivíduo conta igualmente como um (PHILLIPS, 2003). Nas sociedades democráticas, a transição para o voto universal eliminou várias definições de grupos que anteriormente organizavam a distribuição de poder: por propriedade, por educação, por gênero ou por raça. Neste sentido, a democracia tem sido vista como uma forma de desafiar o interesse de grupos dominantes. Segundo Phillips (2003), um ideal de democracia apontaria para uma política em que as pessoas consigam transcender suas preocupações e interesses pessoais e se voltar para as necessidades da comunidade. Mas, para a autora, em uma sociedade em que operam hierarquias de poder tão fortes, a aplicação prática desse ideal é assimétrica. Essa busca por abnegação pode ser muito positiva quando destinada a quem ocupa posições de poder, que realmente deveria voltar o olhar para questões mais abrangentes que suas próprias preocupações. Entretanto, a mesma busca por abnegação é desmedida para quem está em uma posição oprimida: exigir de um grupo oprimido que coloque de lado suas necessidades específicas é como pedir que legitime sua própria opressão. A autora conclui que quando a sociedade está organizada de forma hierárquica, os grupos que foram marginalizados e oprimidos precisam buscar formas de aumentar sua representação política.

2.3 O Lugar da Mulher na Política

A literatura de Ciência Política discute algumas justificativas para a importância da presença de mulheres na política, que serão apresentadas nesta seção. Entre elas, existe uma

⁶ Manin destaca que os antifederalistas não exigiam que todas as classes sem exceção tivessem membros presentes na assembleia, mas que os principais componentes da sociedade estivessem representados. Eles sabiam que a representação prevista na Constituição favoreceria as classes mais prósperas. “O que os antifederalistas previram não foi legalmente definido como privilégio, mas era uma superioridade social definida por riqueza, status e até talento” (MANIN, 1997, p. 112-113, tradução da autora).

corrente essencialista, também chamada de maternalista, que afirma que a mulher leva sua vivência social de cuidado para a política e, por isso, será mais altruísta, pensando mais nos interesses coletivos. Outra vertente alega que as mulheres possuem objetivos comuns, e sua presença política é importante para que haja representação substantiva, ou seja, para que os interesses femininos sejam defendidos. Uma terceira corrente de pensamento, que será base da argumentação deste trabalho, é construída partindo da premissa de que as mulheres, enquanto grupo social dominado, possuem uma perspectiva social que só pode ser representada por uma mulher, de modo que sua presença em espaços de tomada de decisão é essencial para que o grupo ‘mulheres’ esteja de fato representado⁷. Tal vertente evidencia que o modelo de cidadão homem branco cisgênero heterossexual não é capaz de acessar as necessidades de grupos que não protagonizam esse ideal esperado.

Grande parte do pensamento feminista inicial adotava a ideia de maior sensibilidade das mulheres, como John Stuart Mill e Harriet Taylor Mill; ou ainda a concepção de que as mães possuem uma ligação mais forte e uma responsabilidade maior para com seus filhos, como consta nos escritos de Mary Wollstonecraft (BIROLI, 2017). O chamado pensamento maternalista⁸, que surge a partir do final dos anos 1970 e tem como expoentes Nancy Chodorow, Carol Gilligan, Sara Ruddick e Jean Bethke Elshtain, associa cuidado e feminilidade, e vê a maternidade como responsável por uma ética distinta (BIROLI, 2017). Com isso, a atuação da mulher na política seria mais humana, trazendo sua visão de mundo e direcionando seus esforços para o bem comum, de forma a investir mais em causas sociais e aumentar gastos sociais em saúde e educação, por exemplo.

Contudo, este estereótipo da mulher foi construído em uma sociedade patriarcal, a partir de relações caracterizadas pela dominação masculina. O que é aceito como feminino não é biológico ou natural, nem inerente a todas as mulheres, é uma construção social, resultado de pressões e expectativas sociais. “Mesmo o ‘instinto maternal’, que para o discurso convencional é a quintessência da natureza da mulher, foi revelado como produto histórico” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 80). Ainda assim, um entendimento convencional de feminilidade se mantém presente; como apontado na parte inicial deste capítulo, é utilizado

⁷ Como será visto mais a frente, o que se defende nessa representação não são os interesses femininos, mas toda uma perspectiva diferenciada, importante para a formulação de políticas públicas e para a composição de cargos políticos, que devem ser exercidos também a partir de saberes e experiências das mulheres.

⁸ O pensamento maternalista das décadas de 1970 e 1980 reflete experiências de mulheres brancas de classe média nos Estados Unidos, muito diferente do pensamento que surge a partir de discussões de feministas negras sobre maternidade e família no mesmo país e no mesmo período, nas quais experiências de maternidade se associam ao racismo e à pobreza (BIROLI, 2017).

como justificativa para os papéis tradicionais atribuídos a mulheres e homens na sociedade e garante a reprodução e naturalização desses papéis.

Há duas escolas muito influentes na teorização sobre representação política: a de Phillips (1995) e a de Pitkin (1967). Ambas as autoras divergem quanto à relevância do que Pitkin define como representação descritiva. No processo de entender a representação política, ela definiu quatro tipos de representação: autorizada⁹, em que representantes recebem legalmente o poder para agir em nome de outras pessoas; representação descritiva, em que governantes representam um grupo por possuir características em comum com ele, como gênero, raça ou etnia; representação simbólica, em que líderes representam ideias nacionais; e representação substantiva, em que representantes defendem as preferências e interesses de algum grupo. A autora explica que cada tipo possui suas próprias ambiguidades e complexidades, de modo que suas aplicações devem sempre ser acompanhadas de ressalvas. Para o presente estudo, é importante ressaltar suas críticas à representação descritiva: assumir que as características de uma candidata acompanham ações efetivas pode fazer com que as características individuais sejam mais valorizadas que o desempenho de cada candidata.

Pitkin se dedica a estudar a representação substantiva, pois entende que a questão central da representação está na atividade de representar. Para a autora, mais importante do que quem exerce a representação é a sua capacidade de promover as questões de quem está sendo representada e os resultados obtidos a partir de sua atuação. Neste sentido, se coloca a crítica de que valorizar a presença de mulheres na política pode tirar o foco da avaliação do que é realizado uma vez que essa presença é alcançada¹⁰.

O conceito de representação simbólica, ao ser aplicado ao contexto da representação da mulher, se articula com o objeto desta dissertação, pois se refere ao papel simbólico que mulheres na política podem representar para outras mulheres e para a sociedade em geral. A presença de mulheres em posições políticas de destaque pode afetar positivamente a expectativa de mulheres mais jovens de que um dia irão ocupar cargos políticos e aumentar a discussão política entre mulheres de todas as idades (CHILDS; LOVENDUSKI, 2013). Desta forma, é relevante testar empiricamente se este mecanismo se verifica no contexto brasileiro, como apresentado no capítulo 5 desta dissertação.

⁹ O conceito de representação autorizada não é uma linha teórica muito seguida por pesquisadores ao estudarem a representatividade da mulher na política e, por fugir do escopo deste trabalho, não será aqui desenvolvido. Mas vale apontar que se articula com os argumentos dos federalistas estadunidenses expostos na seção anterior, enquanto o conceito de representação descritiva se relaciona ao o que foi defendido pelos antifederalistas.

¹⁰ Pitkin não aborda questões de gênero em sua obra, mas seus conceitos foram incorporados à discussão feminista posteriormente.

Segundo Childs e Lovenduski (2013), os estudos feministas sobre o assunto mudaram gradualmente da noção de representação descritiva para incluir considerações acerca da representação substantiva e da relação entre elas¹¹ e, mais recentemente, essa relação passou a ser discutida considerando também a representação simbólica. Como exemplo, tem-se que se as mulheres não têm legitimidade e são vistas como coadjuvantes no contexto político (representação simbólica), isso pode afetar negativamente tanto suas chances de estarem presentes nas instituições políticas (representação descritiva) quanto sua capacidade de promover questões femininas nessas instituições (representação substantiva). A ideia de tais estudos é que as várias dimensões da representação não devem ser separadas ou hierarquizadas; o objetivo é fazer com que as mulheres estejam presentes nesses espaços, formalmente, descritivamente, simbolicamente e substantivamente (CHILDS; LOVENDUSKI, 2013).

A outra grande escola que teoriza sobre a representação política é articulada em torno do que Phillips (1995) propõe. Ela defende o que chamou de “política de presença”, conceito que se relaciona à representação descritiva de Pitkin, uma concepção de que o parlamento de um país deve refletir a sociedade que representa, justificando que um parlamento quase exclusivamente masculino não é capaz de representar adequadamente a metade da população, formada por mulheres, nem de proteger os grupos mais vulneráveis. “Indiscutivelmente, depois de Pitkin ninguém considerou a representação descritiva como importante, enquanto que depois de Phillips ninguém a considerou sem importância” (CHILDS; LOVENDUSKI, 2013, p. 3, tradução da autora).

Para Phillips, a política de presença seria um processo de deslocamento de um parlamento motivado por grupos de interesse na direção de um parlamento que zela pelos grupos de identidade. Miguel e Biroli consideram relevante essa separação entre interesses e identidades:

o meu interesse é, em tese, representável por qualquer pessoa, que pode verbalizá-lo em meu lugar e agir para promovê-lo. Mas a minha identidade só se torna visível por meio de um igual. Eu posso não estar presente no grupo de governantes, mas minha identidade estará lá, não por meio de um representante, e sim corporificada em alguém que a possui em comum. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 100)

No entanto, o conceito de identidade pode ser mal interpretado com um viés essencialista do que é ser mulher, levando a um entendimento de que as mulheres, apenas por

¹¹ Com o crescimento do número de mulheres em cargos políticos, também cresceram as possibilidades de análises sobre a qualidade da representação dessas mulheres; estudos se tornaram mais sofisticados e os questionamentos evoluíram de “qual a diferença de se eleger mulheres” para “se e como as mulheres eleitas promovem questões das mulheres” (CHILDS; LOVENDUSKI, 2013).

serem mulheres, apresentariam interesses comuns ou idênticos. Mas cada indivíduo possui múltiplas facetas que interagem entre si e criam lugares diversos a partir dos quais experimentam o mundo. Ser mulher não faz com que pessoas compartilhem os mesmos interesses, demandas ou objetivos.

Dessa forma, posteriormente, Phillips (1999) passa a usar o termo “perspectivas sociais” no lugar de identidades, termo que também é adotado por Young (2000 apud MIGUEL; BIROLI, 2014). De acordo com esta autora, a perspectiva social é “o ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles” (YOUNG, 2000 apud MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 84); a perspectiva social consegue expressar o fato de que indivíduos pertencentes a grupos subordinados possuem experiências comuns, indisponíveis àqueles em posição dominante. Para Young, a perspectiva das mulheres é base comum da vivência feminina na sociedade, o que se afasta de um potencial essencialismo da política de presença. Essa perspectiva comum às mulheres, proveniente de um lugar social de opressão, deve ser valorizada e integrada aos espaços de tomada de decisão, para que se possa superar a própria dominação.

Deve-se enfatizar aqui que a perspectiva social não assume que as mulheres, por compartilharem a experiência de subordinação ao machismo em uma sociedade patriarcal, teriam os mesmos interesses e demandas, inclusive por entender que esse grupo é múltiplo e complexo. Fazer parte de um grupo não significa necessariamente expressar suas demandas ou compartilhar seus objetivos. Muitas mulheres, candidatas e eleitas a cargos políticos, podem se interessar por outras questões que não as progressistas ou de gênero. Não existe unanimidade sobre quais são os interesses das mulheres ou quais medidas políticas as mulheres devem apoiar. Tal fato, que poderia soar paradoxal, potencializa a necessidade de mais representantes femininas na política, como exposto por Araújo (1998):

vale registrar que a afirmação de distintos valores e interesses políticos das mulheres como grupo, para justificar sua inclusão de forma particular na arena política, tende a ser bastante controversa. Valores e interesses configurados por uma identidade de gênero, anterior mesmo às práticas políticas, tendem a ser recusados por guardar forte marca essencialista, não considerando as diversas clivagens que perpassam as vivências sociais. Isto é válido para análises que consideram necessários novos referenciais de presença na representação política, assim como ações que viabilizem tal objetivo, mas recusam uma justificativa com base em um conjunto de interesses das mulheres como grupo. Neste caso, entre outras razões, apresenta-se um 'contra-argumento' interessante: por não existir interesses fixos e coesos e nem ideias anteriores e dissociadas das práticas políticas é que se torna necessário pensar em medidas de ampliação da presença de mulheres. (ARAÚJO, 1998, p. 7)

A partir do conceito de perspectiva social – por não ser representável e exigir presença política –, a demanda por presença política se torna mais potente e deixa de se justificar pela busca por alguma ética feminina diferenciada ou pela representação de interesses únicos. A

presença de mulheres na política se faz importante não por serem mulheres simplesmente, nem por terem os mesmos interesses advindos de seu grupo social; mas porque, estando lá, elas cumprem uma função de representatividade ao mesmo tempo em que têm a *possibilidade* de pensar a política a partir de seus interesses enquanto grupo.

2.4 Ações Afirmativas

A democracia representativa, por meio do voto individual, não tem sido capaz de modificar a situação de sub-representação política de certos grupos historicamente oprimidos, como é o caso das mulheres, conforme destaca Araújo:

Young (...) observa que a democracia representativa, por seu princípio de representação, tem sido incapaz de incluir a diversidade dos grupos sociais existentes na sociedade, notadamente os grupos [socialmente] oprimidos (...), sistematicamente em desvantagem. Isto requer garantias constitucionais que assegurem a sua participação. (ARAÚJO, 1998, p. 5)

Em todo mundo, a esmagadora maioria de representantes na política são homens. Segundo o Relatório Global de Diferenças de Gênero¹² de 2018 do Fórum Econômico Mundial, a lacuna política entre mulheres e homens é a maior entre as categorias analisadas, o que reflete a baixa representação de mulheres em posições de liderança política no mundo inteiro. Apenas 18% das ministras dos 149 países estudados são mulheres e em seis desses países não há nenhuma mulher como líder de um ministério; apenas 24% dos cargos parlamentares são ocupados por mulheres. Em 2018, havia 17 mulheres chefes de estado ou primeiras ministras, 11% do total. A tendência global da representação de mulheres em parlamentos nacionais tem sido positiva, mas o crescimento tem sido pequeno e lento (CHILDS; LOVENDUSKI, 2013).

No Brasil, a situação ainda é mais desfavorável para as mulheres. Em 2019, as mulheres eleitas representam 15% do total de deputadas federais e apenas sete das 81 senadoras são mulheres (8,6%). Elas são 13% das vereadoras do país e apenas 12% das prefeitas. Dos 27 estados brasileiros, apenas um possui uma mulher como governadora. No Brasil e no mundo, as mulheres estão sendo representadas politicamente por homens.

É necessário destacar que as poucas mulheres que ocupam posições de liderança política são, em sua maioria, privilegiadas (cisgêneras, brancas, heterossexuais, de classe

¹² O Relatório Global de Diferenças de Gênero (*Global Gender Gap Report*) avalia a lacuna existente entre mulheres e homens ao redor do mundo a partir de quatro categorias: participação econômica e oportunidades; educação; saúde e sobrevivência; e empoderamento político. A categoria de empoderamento político mede a diferença que existe nos níveis mais altos de tomada de decisão política por meio da razão entre mulheres e homens em cargos ministeriais, em cargos parlamentares e em termos de anos em cargos executivos (como presidentas ou primeiras ministras).

média ou alta). Além disso, de acordo com Avelar (2002), muitos estudos apontam o modo como as elites tradicionais e as oligarquias utilizam-se das relações de parentesco para preencher cargos de poder¹³:

(...) na maioria dos estados cujos contextos políticos são marcadamente oligárquicos e a economia pouco diferenciada, as organizações sociais e familiares são mais tradicionais e a participação das mulheres na política informal (movimentos sociais, organizações comunitárias) é muito menor; em decorrência, a entrada na política formal, quando ocorre, na maioria das vezes, se dá em virtude das próprias relações familiares, perpetuando valores da política tradicional (...). (AVELAR, 2002, p. 50)

Ampliando a discussão para além das questões de gênero, Young (apud PHILLIPS, 2003) aponta que as democracias devem criar mecanismos para garantir representatividade para todos os grupos oprimidos. A autora sugere formas de operacionalizar essa representatividade, como o financiamento público para permitir que esses grupos se reúnam e formulem suas próprias ideias políticas; o direito de elaborar propostas de políticas públicas que teriam que ser consideradas pelas tomadoras de decisão; e poder de veto sobre assuntos que os afetem diretamente. Ela ilustra dois possíveis casos deste último mecanismo: poder de veto para as mulheres sobre a legislação que afeta direitos reprodutivos e poder de veto para os americanos nativos sobre o uso de terras de reserva. São argumentos ligados a uma proposta de equanimidade política (PHILLIPS, 2003).

Um mecanismo muito utilizado desde os anos de 1990 são cotas de gênero para candidatas mulheres em partidos políticos ou para assentos do parlamento destinados a mulheres eleitas. No Brasil, a participação feminina tem sido estimulada por meio de cotas de gênero desde 1998¹⁴, seguindo a regra de que cada partido preencherá no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada gênero (feminino ou masculino) em eleições para Câmara dos Deputados, assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais. Além disso, desde maio de 2018, os partidos políticos devem destinar pelo menos 30% dos recursos do fundo eleitoral para o financiamento das campanhas de candidatas mulheres no período das eleições.

Como resultado da implementação de cotas, em termos de candidaturas, a proporção de mulheres candidatas à vereadora subiu de 20% para 33% nos municípios brasileiros entre 2000 e 2016. Contudo, tal crescimento não se refletiu na eleição de um maior percentual de mulheres vereadoras, que se manteve estável em torno de 13% no mesmo período. Esta

¹³ Estas questões não foram incorporadas no estudo empírico desta dissertação devido à impossibilidade de deduzir parentesco das candidatas com os dados disponíveis. No entanto, é improvável que as conexões familiares das candidatas vencedoras sejam relevantes em eleições muito disputadas, uma vez que as outras características observáveis das candidatas se mostraram semelhantes.

¹⁴ Institucionalizadas no artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições).

análise levanta questionamentos acerca da efetividade do mecanismo de cotas para candidatas mulheres nos partidos políticos quanto ao seu objetivo de aumentar a representatividade da mulher na política brasileira, ainda que seja parte importante deste processo.

Inicialmente, esta pesquisa se propôs a testar empiricamente se mulheres em cargos executivos eletivos investem mais e obtêm melhores resultados em áreas sociais, como saúde e educação. A revisão da literatura empírica sobre este assunto, que será apresentada no próximo capítulo, deu suporte a esta hipótese inicial, mas não trouxe consigo uma base teórica complexa para interpretação destes resultados. As justificativas apresentadas nos trabalhos empíricos estudados, em geral, eram de que mulheres investem mais em áreas sociais porque possuem uma pré-disposição de cuidado com os outros. Contudo, como foi demonstrado neste capítulo, esta é uma visão estereotipada das mulheres, que são socializadas a agir desta maneira. Elas são as primeiras a sofrer com a falta de políticas nestas áreas e as primeiras a ocupar a função destes serviços quando eles não são garantidos pelo Estado, seja no maternal, na educação infantil ou no cuidado de pessoas idosas, de modo que, ao ocupar espaços na política, as mulheres costumam dar mais atenção para estas áreas do que homens. Por isso, buscou-se na Ciência Política fundamentos teóricos para este tema.

Ao estudar os impactos das mulheres na política a partir de referenciais da Ciência Política, a própria presença de mulheres na política se destacou como questão de pesquisa. Este capítulo objetivou descrever o contexto no qual a baixa representação política feminina se insere. Em uma sociedade marcada pela dominação masculina, é preciso compreender de que maneira as esferas pública e privada se articulam para perceber como mulheres e homens partem de lugares diferentes no que diz respeito à sua participação na vida pública. Elas possuem menos tempo (e, muitas vezes, menos liberdade) para se dedicar à política, o que resulta em baixa presença de mulheres nestes espaços. Em uma conjuntura de democracia representativa, essa dificuldade histórica das mulheres em ocupar espaços políticos é menos democrática, uma vez que viola o princípio de igualdade política. Para atingir um objetivo maior de igualdade de gênero, é necessário que essas diferenças sejam consideradas na formulação de políticas públicas, que precisam ser direcionadas às mulheres para que sejam efetivas na construção de uma sociedade mais equânime.

Buscou-se ainda, na seção 2.3, demonstrar que é relevante ter mais mulheres na política não porque elas possuem uma ética diferenciada ou vão investir mais em áreas sociais, mas porque carregam consigo um entendimento do mundo exclusivo de quem ocupa um lugar de opressão, indisponível aos grupos dominantes. É essa perspectiva social que precisa ser incorporada aos ambientes de tomada de decisão, de forma a democratizar a

estrutura política. Por não existir um conjunto de valores e interesses únicos para todo o grupo de mulheres, se faz tão necessária a ampliação da presença de mulheres no cenário político.

Assim, uma nova hipótese de pesquisa empírica se construiu. Partindo de um questionamento sobre como incentivar uma maior representatividade e promover o aumento do número de mulheres na política, identificou-se uma nova hipótese a ser testada no contexto brasileiro: a presença de mulheres em posições de destaque na política leva à eleição de mais mulheres? Esta hipótese se tornou o objeto de estudo desta dissertação e é examinada mais detalhadamente nos capítulos 4 e 5. Antes disso, o próximo capítulo traz evidências empíricas encontradas em outros países sobre esta questão e sobre as diferenças na atuação de mulheres e homens em cargos políticos de liderança.

3 EVIDÊNCIA EMPÍRICA

Considerando toda a discussão exposta no capítulo 2, este capítulo tem como objetivo mostrar empiricamente como os resultados alcançados com a presença de mulheres em espaços políticos de destaque ao redor do mundo têm se diferenciado daqueles obtidos por homens em posições similares, em particular no impacto sobre a eleição de outras mulheres para cargos políticos eletivos. Este trabalho entende estudos empíricos como exemplos pontuais de como a teoria se aplica (ou não) à prática, e não como explicações finais que justificam as coisas como elas são, o que muitas vezes acontece neste tipo de literatura. Deste modo, entende-se que os resultados desta dissertação não definem de forma final os impactos da presença de mulheres na política sobre outras mulheres, mas focalizam a atenção em como um de seus aspectos tem se aplicado no Brasil nos últimos 20 anos.

A princípio, sob o olhar mais simples que a teoria econômica dá aos agentes individuais, não seria esperado que características pessoais, como gênero ou raça, de uma candidata a certo cargo político influenciasse sua atuação, uma vez eleita. Persson e Tabellini (2000) apresentam o clássico Modelo do Eleitor Mediano, segundo o qual em um ambiente de voto majoritário, com ausência de assimetria de informação e credibilidade completa das candidatas, a única preferência que afeta as políticas públicas que serão adotadas é a preferência da eleitora mediana.

De acordo com o modelo, cuja única decisão política das candidatas é o gasto (g) em uma área específica, como saúde ou educação, a eleitora mediana irá votar naquela candidata cuja decisão de gasto maximiza sua utilidade indireta (w_m). Em uma eleição com duas candidatas, A e B, para aumentar a sua probabilidade de vitória, as candidatas devem escolher o gasto preferido da eleitora mediana (g_m). Isso decorre do fato de que, supondo $g_B < g_A$, se a eleitora mediana considerar g_B muito baixo, todas as outras eleitoras j cujas políticas favoritas satisfazem $g_j > g_m$ votarão em A, o que corresponde a mais da metade do eleitorado. As candidatas então escolhem a opção que a maioria das eleitoras prefere, caso contrário, a candidata de oposição poderá derrotá-la.

As suposições iniciais do Modelo do Eleitor Mediano de credibilidade completa e falta de ideologia própria das candidatas (que se importariam apenas com a vitória nas eleições) fazem com que a sua aplicação ao mundo real seja frágil, ainda que Miller (2008) e Cascio e Washington (2012) tenham mostrado a importância das preferências das eleitoras na implementação de políticas, com as mudanças no comportamento de governantes causadas pela introdução do direito ao voto às mulheres e à população negra, respectivamente. Lee et

al. (2004) questionam se eleitoras de fato afetam campanhas políticas, como conclui o modelo, ou se apenas elegem entre as opções que são apresentadas. Os autores concluem que a ausência de credibilidade das promessas das candidatas se sobrepõe a uma possível convergência induzida pela competição política: as eleitoras elegem políticas (entre as que foram apresentadas), mas não as afetam.

Persson e Tabellini (2000) demonstram também o modelo conhecido como Modelo Cidadão-Candidato. Ainda que uma candidata faça promessas que agradem a eleitora mediana, as eleitoras sabem que, se ela for eleita, nada a impede de implementar sua plataforma preferida. O único equilíbrio seria cada candidata anunciar sua verdadeira preferência e as eleitoras escolherem entre elas.

O modelo define cada eleitora como uma potencial candidata, que escolhe se quer ou não entrar para a política com base no custo de entrada. Assim como no Modelo do Eleitor Mediano, as eleitoras têm políticas preferidas, mas as candidatas são endogenamente determinadas e não há credibilidade: a vencedora da eleição implementará a política de sua preferência. Sabendo disso, as eleitoras elegem sua política preferida dentre as propostas. A principal característica do Modelo Cidadão-Candidato é que sua hipótese (muito realista) de que existe um custo para entrar na política faz com que valha a pena para alguém tomar essa decisão apenas se a sua política preferida for suficientemente diferente daquela adotada por quem já está no poder. Dessa forma, candidata-se somente quem possuir preferências fortes o bastante em comparação com o *status quo*.

O modelo levanta uma questão sobre a relevância da identidade dos políticos para a criação e implementação de políticas públicas e, em particular, do gênero dos políticos. Apenas se as preferências de uma candidata em potencial forem muito diferentes das que seriam adotadas caso ela não fosse eleita, valerá a pena para esta eleitora se candidatar.

Esta hipótese aproxima-se da discussão exposta no capítulo 2 acerca das vivências que as mulheres carregam consigo, muito particulares a este grupo e, por isso, muito diferentes daquelas vividas pelos homens, e da necessidade que essas experiências sejam integradas aos espaços de tomada de decisão. Para aplicar o Modelo Cidadão-Candidato ao presente trabalho, é preciso complexificar o significado das preferências individuais. Entendendo preferências como o conjunto de perspectivas sociais de um indivíduo, construídas a partir de suas vivências na sociedade e, no caso das mulheres, a partir de um lugar de permanente opressão em todas as esferas da vida (públicas e privadas), pode-se concluir que apenas se as preferências das mulheres forem muito diferentes do que está estabelecido no *status quo*, elas tentarão entrar para a política.

Existe uma literatura extensa acerca das diferenças entre as preferências de homens e mulheres, que passa por variados campos, como a psicologia, sociologia e a economia. Bertrand (2010) faz uma revisão das pesquisas existentes sobre diferenças de gênero nas preferências por risco, atitudes competitivas, preferências na preocupação com o outro, preferências de negociação, e sobre a relevância desses fatores para explicar diferenças de gênero no mercado de trabalho. Entretanto, conforme visto no capítulo anterior, as experiências das mulheres na sociedade são pautadas pelo lugar que ocupam na hierarquia de poder existente, de forma que suas preferências são produto da sua posição social e devem sempre ser examinadas considerando este contexto.

No campo político, a literatura trata de diferenças entre gêneros em vários estágios: manifestação política, entrada na política e impactos gerados. O presente trabalho destaca as diferenças no impacto causado pela presença de mulheres e homens em espaços políticos de tomada de decisão.

Segundo Edlund e Pande (2002), mulheres tendem a se localizar mais à esquerda do espectro político. As autoras mostram que nem sempre foi assim, essa mudança ocorreu posteriormente à década de 1970, com a modernização da sociedade e, particularmente, com a regulamentação do divórcio, e a redistribuição de renda se tornou uma pauta relevante para as mulheres, que passaram a buscar governos que priorizassem esse aspecto.

No que diz respeito à relação entre mulheres e gastos sociais, há vasta evidência empírica mostrando uma correlação positiva entre a eleição de mulheres e o aumento de gastos em políticas que resultam em melhor qualidade de vida para as próprias mulheres. São gastos que, em geral, se referem a políticas voltadas para a saúde materno-infantil, educação infantil e assistência familiar. Esta relação pode ser erroneamente entendida a partir do papel convencionalizado para mulher na sociedade, como se a sua atuação política fosse orientada por um instinto social maior, atrelado a um ideal de cuidado materno, socialmente pressuposto como essencial às mulheres. No entanto, se elas agem assim, não é pelo preconceituoso entendimento de que, por serem mulheres, são mais cuidadosas; mas porque, exatamente por serem compulsoriamente colocadas nesse lugar social de cuidado e maternagem, são as pessoas que mais sofrem com a falta desses serviços e políticas sociais.

Políticas que auxiliam na conciliação entre trabalho doméstico e trabalho remunerado não são necessariamente políticas para a mulher. São políticas que beneficiam pessoas, sejam crianças, idosos, mães e mesmo homens, que também se beneficiam ao receberem apoio para exercer funções domésticas. Mas são vistas como políticas para mulheres devido à estrutura social machista que as responsabiliza pelo trabalho doméstico, mas não o reconhece enquanto

trabalho. Defender esse tipo de política não significa defender um interesse comum a todas as mulheres, mas buscar mais equidade e um reequilíbrio social para uma maioria da população, que é mulher.

Chattopadhyay e Duflo (2004) estudam o impacto de lideranças femininas em decisões políticas tomando como base uma lei que define cotas para mulheres em posições de liderança nos conselhos locais na Índia. Elas concluem que a reserva de um assento num conselho local afeta os tipos de bens públicos oferecidos pelo governo. Mais especificamente, líderes investem mais em infraestrutura que é diretamente relevante para as necessidades de seus próprios gêneros.

Clots-Figueras (2011) investiga os efeitos de representatividade feminina no poder legislativo na Índia e descobre que o gênero das governantes afeta as políticas implementadas, mas que sua posição social (neste caso, sua casta) também faz diferença nos resultados obtidos: mulheres legisladoras provenientes de castas inferiores investem mais em saúde e nos primeiros anos de educação infantil, defendem leis pró-mulheres e favorecem políticas redistributivas. Por outro lado, mulheres de castas mais altas reduzem o gasto social, são contra reformas redistributivas e não apresentam impacto sobre leis pró-mulheres. Em outro artigo, a autora mostra que uma maior representação política feminina aumenta a probabilidade de que indivíduos terminem a educação primária em áreas urbanas, mas não em áreas rurais (CLOTS-FIGUERAS, 2012).

Bhalotra e Clots-Figueras (2014) avaliam se a representação política de mulheres no poder legislativo na Índia melhora a provisão de serviços de saúde pré-natal e infantil nos distritos em que foram eleitas. Em sua pesquisa, encontram que o aumento da representação feminina de fato resulta na melhora de indicadores de saúde, por exemplo, queda da mortalidade neonatal.

Svaleryd (2009) investiga se a representação feminina em conselhos municipais na Suécia afetam os gastos públicos locais do país. A autora mostra que uma maior proporção de mulheres nesses conselhos aumenta o gasto em creches e educação. Nos Estados Unidos, Besley and Case (2003) revelam que mulheres nas legislaturas estaduais pressionam para que sejam aprovadas leis que fortalecem o auxílio à criança e a assistência familiar.

Estudando o caso brasileiro, Brollo e Troiano (2016) investigam a atuação de mulheres enquanto prefeitas em relação uma série de indicadores: de corrupção, reeleição, saúde, educação e sua capacidade de atrair transferências federais. Descobrem que mulheres prefeitas tem menor probabilidade de se envolver com corrupção em comparação a homens

prefeitos. Elas também atraem menos contribuições de campanha quando tentam reeleição e a probabilidade de serem reeleitas também é menor que homens na mesma posição.

As autoras então levantam uma questão pertinente: se homens prefeitos têm maior probabilidade de se envolver em casos de corrupção, o que faz com que sua probabilidade de reeleição seja maior? Para responder esse questionamento, pesquisam se os resultados obtidos por homens enquanto chefes do executivo local são melhores que os obtidos por mulheres. No entanto, elas estimam que municípios com mulheres prefeitas alcançam melhores indicadores em termos de saúde pré-natal (maior número de consultas pré-natal e partos regulares) e atraem em torno de 60% mais transferências para investimento. Em relação à infraestrutura educacional, ainda que a correlação seja positiva, os resultados não são estatisticamente significantes. Os resultados sugerem que a reeleição de homens prefeitos está relacionada a práticas de patronagem e sua habilidade de atrair mais doações de campanha.

Estudos empíricos que investigam o papel de mulheres políticas como modelo para outras mulheres não encontram um consenso único em seus resultados, seja para o engajamento psicológico das mulheres, níveis de interesse político ou para ativismo político na prática, como a filiação em partidos políticos (CHILDS; LOVENDUSKI, 2013).

Entre os autores que se dedicaram a estudar a relação entre a presença de mulher em cargos políticos de liderança e o engajamento político de outras mulheres, destacam-se estudos realizados na Índia que reforçam esta hipótese ao demonstrar que a eleição de mulheres neste país aumenta muito a participação política de mulheres e sua presença no governo. Bhavnani (2009) utiliza uma política local que seleciona aleatoriamente lugares onde vagas legislativas são reservadas para mulheres por apenas uma eleição para investigar se as chances de as mulheres vencerem eleições melhoram mesmo depois das cotas serem retiradas. Como resultado, a probabilidade de uma mulher ser eleita é cinco vezes maior nos distritos eleitorais que tiveram vagas destinadas a mulheres na eleição anterior.

Ainda na Índia, Bhalotra, Clots-Figueras e Iyer (2013) analisam eleições estaduais e calculam que a eleição de uma mulher leva a um aumento de 40% no percentual de candidatas mulheres nos maiores partidos políticos na eleição seguinte. Segundo as autoras, isso corresponde a um aumento na probabilidade de mulheres já eleitas se candidatarem novamente, uma vez que não houve entrada significativa de novas candidatas mulheres; tampouco houve alteração no número de votantes no dia da eleição.

A partir da análise dos dados da Indonésia, Shair-Rosenfield (2011) argumenta que mulheres eleitas para cargos políticos nesse país aumentam a elegibilidade de outras mulheres em seus próprios distritos ao demonstrar a capacidade feminina de ocupar posições de

liderança. De acordo com Shair-Rosenfield e Hinojosa (2014), a incumbência feminina pode reduzir o viés de gênero ao provar para os partidos políticos que conseguem vencer eleições. Para isso, elas testam dados de eleições no Chile e encontram que mulheres incumbentes têm a mesma probabilidade de serem reeleitas que seus concorrentes homens (opondo os resultados encontrados por Brollo e Troiano no Brasil).

Esta tendência de impacto positivo de mulheres na política sobre a eleição de outras mulheres parece não se aplicar à realidade estadunidense. Ferreira e Gyourko (2014) estudam a relação entre gênero e os resultados de eleições de prefeitas de municípios nos Estados Unidos. Suas descobertas diferem bastante da literatura sobre a influência de lideranças femininas. Ao contrário de Brollo e Troiano, os autores estimam que mulheres prefeitas têm maior probabilidade de serem reeleitas do que homens (5 pontos percentuais). E em contraste às evidências de outros países apresentadas nesta revisão da literatura, não encontram indícios de que a eleição de mulheres prefeitas contribua para o sucesso na eleição de outras mulheres posteriormente, tanto candidatas a prefeitas quanto candidatas a cargos legislativos locais. Além disso, o gênero da prefeita não apresentou efeito sobre o volume ou tipo de gastos municipais, nem sobre emprego e taxas de criminalidade.

Ainda sobre os EUA, Brookman (2014) traz evidência de eleições legislativas estaduais. Em oposição aos resultados encontrados em outros países, neste caso a presença de mulheres em cargos de liderança não demonstra efeitos positivos sobre vários indicadores de participação feminina na política. Eleitoras mulheres cujas representantes políticas são mulheres ou que poderiam votar em candidatas mulheres não apresentam maior probabilidade de comparecer às urnas. O autor também não encontra efeito significativo de transbordamento: a probabilidade de mulheres se candidatarem ou serem eleitas não aumenta quando uma mulher de um distrito vizinho venceu a eleição anterior. Mas um resultado significativo deve ser apontado: quando uma mulher vence uma eleição, dobra a probabilidade de outra mulher se candidatar na eleição seguinte no mesmo distrito.

Por encontrar resultado significativo em apenas uma das variáveis testadas, Brookman conclui que a política estadunidense possui barreiras para alcançar igualdade representativa distintas daquelas existentes, por exemplo, na Índia, pois, ao contrário das indianas, a maioria das estadunidenses já tem familiaridade com um grande número de mulheres na política. Contudo, é relevante destacar que o autor considera que 17 senadoras (de um total de 100) é um número grande de mulheres na política. Ainda que as barreiras presente nos Estados

Unidos sejam diferentes e precisem ser mais bem entendidas, o país ainda tem um longo caminho para alcançar paridade de gênero na política¹⁵.

De acordo com a evidência empírica, em países que se assemelham mais ao Brasil como a Índia (economicamente) e o Chile (geopoliticamente), há indícios de que a presença de mulheres em cargos políticos eletivos influencia positivamente (i) a candidatura de outras mulheres, (ii) a eleição de novas mulheres e (iii) a reeleição de mulheres que já eleitas. Se resultados similares se sustentam no contexto brasileiro é uma hipótese empírica a ser estudada. Desta forma, esta dissertação traz nova contribuição para a literatura ao investigar, no contexto dos municípios brasileiros, o efeito que mulheres em uma posição política de liderança, neste caso, prefeitas, têm sobre a eleição de outras mulheres para cargos legislativos locais, especificamente, vereadoras. Este pode ser um mecanismo potente na tentativa de aumentar a representatividade da mulher na política brasileira, ainda tão baixa no país.

¹⁵ De acordo com o Fórum Econômico Mundial, em 2018, as mulheres ocupavam 19,6% das vagas do parlamento e eram 16,7% das ministras nos EUA, enquanto representam mais da metade da população do país.

4 DADOS E METODOLOGIA

4.1 Dados

Esta seção tem como finalidade apresentar as fontes de dados utilizadas e explicar a metodologia empregada. A análise tem como foco administrações municipais no Brasil. Municípios brasileiros são as menores unidades federativas com um governo local autônomo. São administrados por uma prefeita, eleita diretamente por eleitoras para um mandato de quatro anos, e por um órgão legislativo, composto por vereadoras também eleitas diretamente por eleitoras. O processo ocorre em um sistema eleitoral majoritário: em municípios com menos de 200 mil eleitoras, prefeitas são eleitas com maioria simples dos votos, enquanto em municípios com mais de 200 mil eleitoras, prefeitas precisam da maioria absoluta de votos para ser eleitas, caso contrário, é realizado um segundo turno de votação com as duas candidatas mais votadas.

A análise empírica se baseia em um conjunto de dados municipais de 2000 a 2016, construído a partir de informações públicas. Foram usados dados eleitorais das eleições para prefeitas de 2000, 2004, 2008 e 2012 e das eleições para vereadoras de 2004, 2008, 2012 e 2016, de municípios com menos de 200 mil eleitoras¹⁶. Dados eleitorais, bem como dados das características das prefeitas e vereadoras, como gênero, idade, escolaridade e estado civil, são disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o mais alto órgão da justiça eleitoral brasileira. Informações adicionais como dados populacionais, PIB per capita e escolaridade da população foram obtidas das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No período analisado, o número de municípios no Brasil cresceu de 5.561 em 2000 para 5.570 municípios em 2016. Para implementar a estratégia de identificação escolhida, foram estudadas eleições com apenas duas candidaturas¹⁷, nas quais concorriam uma mulher e um homem em municípios com menos de 200 mil eleitoras. Outras restrições impostas à amostra foram a utilização apenas de municípios que não tiveram eleição suplementar

¹⁶ O perfil de municípios com mais de 200 mil eleitoras é muito diferente do perfil de municípios com menos de 200 mil eleitoras; a escolha por excluir estes municípios da análise foi feita com o objetivo de garantir um melhor balanceamento da amostra. Com esta restrição, foram excluídas um total de 289 eleições, sendo 59 eleições em 2000, 77 em 2004, 76 em 2008 e 77 em 2012.

¹⁷ Ao testar a amostra contendo eleições mistas com mais de duas candidaturas, verificou-se que a mesma não estava balanceada em relação aos grupos de tratamento e controle. Isso pode ser explicado pelo fato de que a maior parte das candidaturas em eleições com mais de duas pessoas concorrendo são de homens, o que implica que, nesse caso, é mais provável que um candidato homem vença a eleição do que uma candidata mulher.

posteriormente¹⁸ e apenas eleições nas quais as duas candidatas apresentaram a situação final de candidatura “deferida”. Eleições com apenas dois indivíduos concorrendo representam 52% do total. Ao considerar ainda apenas eleições mistas (com uma candidata mulher e um homem), a amostra final foi composta por 1.799 eleições, o que equivale a 8,7% de todas as eleições do período¹⁹.

4.2 Estratégia de Identificação: RDD

Na avaliação do impacto da presença de mulheres em posições de liderança na política sobre a eleição de vereadoras, um dos desafios empíricos na identificação do efeito do gênero de prefeitas sobre variáveis de interesse se refere ao fato de que pode ser que existam características específicas dos municípios que sejam ao mesmo tempo correlacionadas ao gênero da prefeita e à variável de interesse. Por exemplo, características demográficas ou preferências das eleitoras pelo gênero de políticos poderiam influenciar o gênero das governantes eleitas pela população.

Para neutralizar os fatores específicos dos municípios que confundem o efeito causal, a metodologia escolhida foi a técnica econométrica Regressão Descontínua Determinística (em inglês, *Sharp Regression Discontinuity Design* ou *Sharp RDD*). Na aplicação deste método, é necessário conhecer as regras que determinam o tratamento: sua identificação se baseia na ideia de que em um mundo baseado em regras, algumas delas são arbitrárias e, por isso, proporcionam bons experimentos (Angrist e Pischke, 2008). A Regressão Descontínua utiliza descontinuidades geradas por essas regras, que fazem o papel de choques exógenos, como uma aproximação para um experimento aleatório.

Formalmente, a Regressão Descontínua Determinística é usada quando o status de tratamento é uma função determinística e descontínua de uma variável, por exemplo, V_i , chamada de variável de designação. Suponha que

$$M_{it} = \begin{cases} 1 & \text{se } V_{it} \geq V_0 \\ 0 & \text{se } V_{it} < V_0 \end{cases}$$

¹⁸ As bases de dados das eleições de 2000 e 2004 não possuem indicação de eleições suplementares, de modo que, nestes dois anos, não foi possível excluir da base os municípios que tiveram eleição suplementar além da eleição principal, ou seja, municípios cuja prefeita eleita na eleição principal não exerceu seu mandato até o fim.

¹⁹ Considerando apenas as eleições em que os dois indivíduos com maior número de votos apresentaram a situação final de candidatura “deferida” e apenas municípios que não tiveram eleição suplementar posteriormente à eleição principal para os anos de 2000, 2004, 2008 e 2012, a base inicial era composta por 20.904 observações. Restringindo a amostra apenas para municípios que não tiveram segundo turno (exclusão de 289 observações) e para eleições em que apenas duas pessoas concorreram para prefeitura, a amostra foi reduzida para 10.762 observações. Por fim, ao manter apenas as eleições mistas, ou seja, aquelas em que uma candidata era mulher e o outro candidato era homem, a amostra final possui 1.799 observações.

em que V_0 é o ponto de corte. Este mecanismo de identificação é uma função determinística de V_0 , porque uma vez que se conhece V_{it} , M_{it} torna-se conhecido; e é uma função descontínua, pois não importa o quanto V_{it} se aproxime de V_0 , o status do tratamento só muda no ponto de corte $V_{it} = V_0$. A intuição por trás desta estratégia de identificação é que as observações um pouco acima ou um pouco abaixo do ponto de corte pertencem a grupos distintos devido a fatores aleatórios e, assim sendo, são muito semelhantes entre si. Dessa forma, esses dois grupos fornecem informações válidas sobre seus respectivos contrafactuais²⁰.

Neste desenho, cada unidade de observação recebe uma pontuação, V_{it} , e as observações cuja pontuação ultrapassa o ponto de corte V_0 recebem o tratamento, enquanto aquelas cuja pontuação é menor que o ponto de corte V_0 formam o grupo de controle. Por esta razão, é chamada de variável de designação (em inglês, *assignment variable*, também conhecida como *rating variable* ou *running variable*). Sob as hipóteses apropriadas²¹, a comparação entre unidades que receberam ou não o tratamento nas proximidades do ponto de corte pode ser usada para estudar o efeito do tratamento sobre uma variável de interesse.

Na presente dissertação, a unidade de observação é o município, e o gênero da prefeita eleita (o tratamento, M_{it}) depende da margem de vitória obtida em uma determinada eleição (a pontuação, V_{it}). A margem de vitória é definida como o percentual de votos que a candidata mulher recebeu *menos* o percentual de votos de seu oponente homem. O ponto de corte que determina a vitória eleitoral é, portanto, normalizado em zero: uma candidata vence a eleição quando sua margem de vitória é positiva e perde caso contrário. No ponto de corte, $V_{it} = 0$, o gênero da prefeita M_{it} muda abruptamente de zero para um. A atribuição ao tratamento pode ser formalizada da seguinte maneira:

$$M_{it} = \begin{cases} 1 & \text{se } V_{it} > 0 \\ 0 & \text{se } V_{it} < 0 \end{cases} .$$

Assim, a variável M_{it} define o status do tratamento: $M_{it} = 1$ se a prefeita eleita for mulher e $M_{it} = 0$, se for homem. Mais especificamente, o grupo de tratamento é definido como os municípios em que uma mulher foi eleita prefeita em eleições muito acirradas disputadas entre uma candidata mulher e um candidato homem.

²⁰ O contrafactual representa o que teria acontecido em um mundo alternativo em que não houve tratamento (Angrist e Pischke, 2008). A partir dele, é possível comparar o que realmente aconteceu com o que teria acontecido na ausência da intervenção.

²¹ A hipótese padrão de RDD é que os resultados potenciais devem ser uma função contínua da *running variable* no ponto de corte. Esta hipótese não é diretamente testável, mas uma série de testes empíricos apresentados na seção 5.1 do próximo capítulo dá suporte para esta hipótese nos dados utilizados.

Seja agora $Y_{it+1}(1)$ a variável de interesse do município i se $M_{it} = 1$, ou seja, se a prefeita eleita for mulher, e seja seu contrafactual $Y_{it+1}(0)$ a variável de interesse do mesmo município se o prefeito eleito for homem ($M_{it} = 0$). O interesse aqui seria em estimar a diferença do resultado potencial obtido após o mandato de uma prefeita e de um prefeito no mesmo município, isto é, o Efeito Médio do Tratamento (em inglês, *Average Treatment Effect* ou *ATE*), $E(Y_{it+1}(1) - Y_{it+1}(0))$. O problema é que, em um dado ponto no tempo, não é possível observar ambos os resultados potenciais: é impossível saber o que teria acontecido no município i em que uma mulher foi eleita prefeita caso um homem tivesse sido eleito. O resultado observado é $Y_{it} = M_{it} * Y_{it}(1) + (1 - M_{it}) * Y_{it}(0)$.

Para resolver esta questão, consideram-se apenas os municípios que tiveram eleições muito competitivas²² (aqueles em que uma mulher venceu a eleição contra um homem com uma margem de vitória muito pequena e aqueles em que o oposto ocorreu). Nestes casos, assume-se que fatores aleatórios foram determinantes para decidir as eleições: a hipótese de identificação é que a atribuição do tratamento em torno do ponto de corte não é correlacionada com nenhuma das características (observáveis ou não observáveis) do indivíduo ou do município, isto é, que municípios em que uma mulher vence uma eleição acirrada contra um homem são similares a municípios em que mulheres perdem por pouco para um candidato homem, exceto pelo gênero de quem venceu. Por esta razão, a probabilidade de vitória é a mesma para candidatas mulheres e homens.

Assumindo que os resultados potenciais devem ser uma função contínua da *running variable* no ponto de corte (Hahn, Todd e van der Klaauw, 2001), ou seja, assumindo que $E(Y_{it}(1)|V)$ e $E(Y_{it}(0)|V)$ são contínuos em $V_0 = 0$,²³ o efeito causal esperado da eleição de uma mulher como prefeita sobre a variável de interesse pode ser recuperado a partir dos resultados observados ao redor do ponto de descontinuidade. Por exemplo, num intervalo $[V_0 - h, V_0 + h]$ para um h pequeno. Formalmente, o ATE em eleições apertadas é:

$$\begin{aligned} E[Y_{it+1}(1) - Y_{it+1}(0) | V_{it} = V_0] \\ = \lim_{h \rightarrow 0} E[Y_{it} | V_0 < V_{it} < V_0 + h] - E[Y_{it} | V_0 - h < V_{it} < V_0] \end{aligned}$$

²² Ver Lee (2008), Pettersson-Lidbom (2008), Clots-Figueras (2011), Bhalotra e Clots-Figueras (2014), Brollo e Troiano (2016) e Klasnja e Titiunik (2017) para outros exemplos do uso de RDD em eleições apertadas.

²³ Esta hipótese se refere aos resultados potenciais; se gênero for relevante e afetar as variáveis de interesse, estas serão descontínuas em $V_0 = 0$.

4.3 Estimação

Os dados foram analisados a partir de três especificações diferentes presentes na literatura e apresentadas a seguir nesta seção: estimativa de Mínimos Quadrados Generalizados (MQG) e duas estimativas de RDD (Regressão Linear Local e Regressão Polinomial). As regressões foram estimadas tendo como variáveis de interesse o percentual de candidatas a vereadoras e o percentual de vereadoras eleitas em cada município e os resultados das regressões são descritos no próximo capítulo.

Inicialmente, foi analisado se gênero é correlacionado com as variáveis de interesse com a estimação de uma equação de Mínimos Quadrados Generalizados (MQG):

$$Y_{it+4} = \beta_0 + \beta_1 M_{it} + \varepsilon_{it}$$

onde Y_{it+4} é a variável de interesse no município i no ano $t + 4$, ou seja, na eleição seguinte ao início do mandato da prefeita eleita em t ; M_{it} é uma variável *dummy* que assume valor um se a prefeita eleita no município i na eleição em t for mulher e zero caso contrário; e desvios padrões foram agrupados (*clustered*) a nível estadual. O coeficiente β_1 é apresentado na próxima seção, mas a correlação verificada não pode ser interpretada como causalidade, pois o gênero dos indivíduos pode estar correlacionado ao termo de erro.

As duas abordagens a seguir utilizam métodos para estimar de fato o efeito do tratamento, ATE. Seguindo Imbens and Lemieux (2008), é calculada uma Regressão Linear Local (RLL) que restringe a amostra a municípios em que a margem de vitória da eleição pertence ao intervalo $V_{it} \in [-h, +h]$, e o modelo a ser estimado é:

$$Y_{it+4} = \beta_0 + \beta_1 M_{it} + \beta_2 V_{it} + \beta_3 M_{it} \cdot V_{it} + \varepsilon_{it}$$

onde V_{it} é a margem de vitória da eleição em t no município i ; $M_{it} \cdot V_{it}$ é a interação entre a *dummy* de tratamento e a margem de vitória; e desvios padrões foram agrupados a nível estadual. O parâmetro de interesse β_1 identifica o ATE ao redor do ponto de corte V_0 . Um valor positivo para o parâmetro β_1 indica que uma mulher ter sido eleita prefeita em um município aumenta a probabilidade de que uma proporção maior de vereadoras seja eleita na eleição seguinte. Assim como Brollo e Troiano (2016), a margem de vitória ótima h foi calculada com o algoritmo de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014)²⁴.

²⁴ Ver também Calonico, Cattaneo e Farrell (2018) para atualizações do modelo.

Por fim, calcula-se o modelo de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014)²⁵, que implementa uma Regressão Descontínua Polinomial e também calcula a margem de vitória ótima h de acordo com os dados utilizados.

²⁵ Ver também Calonico, Cattaneo e Farrell (2018) para atualizações do modelo.

5 RESULTADOS

5.1 Estatísticas Descritivas

Entre 2000 e 2016, o percentual de mulheres eleitas prefeitas dos municípios brasileiros cresceu de 5,6% para 11,6%, e o percentual de mulheres candidatas a prefeitura cresceu de 7,2% para 13,1%. Considerando que no mesmo período as mulheres representavam 51% da população brasileira²⁶, é nítido que este ainda é um grupo sub-representado na política. Além disso, em média, 75% das disputas eleitorais não tiveram nenhuma mulher candidata à prefeitura e apenas 2,6% das disputas tiveram mais de duas mulheres candidatas. Quando se faz um recorte por raça, a situação é ainda mais alarmante. Primeiro, porque os dados disponibilizados pelo TSE só passaram a informar a raça nas eleições para prefeitas e vereadoras em 2016, de modo que não é possível calcular dados referentes à política com este recorte para os anos anteriores. E segundo, pois, em 2016, o percentual de mulheres pretas eleitas prefeitas e candidatas a prefeitura foi de 0,2% e 0,3%, respectivamente. A evolução desses dados encontra-se na Tabela A1 do Apêndice.

Observando os dados referentes aos cargos legislativos municipais, enquanto o percentual de mulheres candidatas à vereadora subiu de 20% para 33% no período estudado, a parcela de mulheres eleitas vereadoras manteve-se em torno de 13%. O aumento das mulheres candidatas a vereadora pode ser resultado da política de cotas de 30% para candidatas mulheres nos partidos políticos em vigor desde 1998 no país. No entanto, estes dados mostram que mesmo que o número de candidatas tenha aumentado, isso não se refletiu na eleição de mais mulheres, o que pode indicar que existem outros mecanismos impedindo que mulheres alcancem posições representativas na política brasileira, como, por exemplo, ideias sexistas culturalmente internalizadas sobre liderança (Duflo, 2012). Fazendo o recorte por raça, mulheres pretas representavam 2,3% de todas as candidatas e candidatos a Câmara de Vereadores e 0,6% de todas as vereadoras e vereadores eleitas, em 2016.

A Tabela 1 resume as variáveis observáveis, de acordo com o gênero da prefeita eleita, e contém características do Censo de 2000 e 2010. A tabela pode ser usada para conferir o balanceamento da amostra principal, na qual o tratamento deve ser atribuído aleatoriamente. Esta tabela mostra a diferença de médias entre municípios em que uma mulher venceu a eleição e municípios em que uma mulher perdeu a eleição, nos 1.799 municípios com menos de 200 mil eleitoras e com apenas duas candidaturas, sendo uma candidata mulher e um

²⁶ Este valor se manteve estável nos anos analisados.

candidato homem. O primeiro painel da tabela apresenta características municipais, o segundo painel apresenta características individuais e o terceiro exhibe as variáveis de interesse. Municípios nos dois grupos apresentam níveis similares de população feminina e urbana, taxa de alfabetização e renda. A não significância estatística da diferença de médias entre grupos para as diferentes variáveis observadas sugerem que a amostra está balanceada.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas: Municípios com uma Mulher Prefeita vs. Municípios com um Homem Prefeito

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	Mulher Eleita		Homem Eleito		Diferença	P-valor
	Média	N	Média	N		
<i>Painel A: Características Municipais</i>						
População	13.030	750	12.762	1.049	269	0,775
População Feminina	0,492	750	0,492	1.049	0,000	0,723
População Urbana	0,565	750	0,560	1.049	0,005	0,654
Taxa de Alfabetização	0,727	750	0,727	1.049	0,000	0,969
PIB per capita (taxa de crescimento)	0,576	750	0,596	1.049	-0,020	0,413
Taxa de Reeleição	0,187	750	0,280	1.049	-0,094	0,000
Norte	0,080	750	0,079	1.049	0,001	0,946
Nordeste	0,433	750	0,425	1.049	0,008	0,730
Sudeste	0,223	750	0,225	1.049	-0,002	0,908
Sul	0,171	750	0,167	1.049	0,004	0,830
Centro-Oeste	0,093	750	0,104	1.049	-0,011	0,460
<i>Painel B: Características Individuais</i>						
Idade	46	750	47	1.049	-1	0,066
Lê e Escreve	0,007	750	0,023	1.049	-0,016	0,007
Ensino Fundamental	0,043	750	0,088	1.049	-0,045	0,000
Ensino Médio	0,247	750	0,268	1.049	-0,021	0,312
Ensino Superior	0,571	750	0,363	1.049	0,208	0,000
Casada	0,709	750	0,794	1.049	-0,085	0,000
PT	0,064	750	0,078	1.049	-0,014	0,253
PMDB	0,231	750	0,208	1.049	0,023	0,247
PSDB	0,131	750	0,130	1.049	0,001	0,950
DEM	0,131	750	0,117	1.049	0,013	0,393
<i>Painel C: Variáveis de Interesse</i>						
Candidatas a Vereadora (%)	0,286	750	0,283	1.049	0,003	0,477
Vereadoras Eleitas (%)	0,161	750	0,150	1.049	0,011	0,049

Fontes: TSE e IBGE. Elaboração própria.

Notas: *Mulher Eleita* considera a amostra de eleições mistas para a prefeitura com duas candidaturas nas quais a candidata mulher venceu a eleição e o candidato homem perdeu. *Homem Eleito* considera a amostra de eleições mistas para a prefeitura com duas candidaturas nas quais o candidato homem venceu e a candidata mulher perdeu. Colunas (1) e (3) apresentam a média dos valores de cada uma dessas amostras; *N* é o número de observações; *Diferença* é a diferença entre as médias das duas amostras; e *P-valor* se refere à significância estatística da diferença entre as médias.

Tabela 2 – RDD: Descontinuidades em Características Municipais e Individuais em Eleições Mistas Competitivas

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
<i>Painel A: Características Municipais</i>									
	População Feminina	População Urbana	PIB per capita	Total de Votos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Mulher Prefeita	-0,001 (0,002)	0,014 (0,049)	0,080 (0,063)	164,9 (249,3)	-0,011 (0,046)	0,016 (0,139)	0,075 (0,132)	-0,012 (0,144)	-0,057 (0,085)
Observações	664	808	706	636	859	930	918	973	825
<i>Painel B: Características Individuais</i>									
	Lê e Escreve	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Superior	Casada	PT	PMDB	PSDB	DEM
Mulher Prefeita	-0,012 (0,024)	0,017 (0,025)	0,116* (0,070)	0,086 (0,066)	-0,023 (0,088)	-0,147** (0,075)	-0,083 (0,108)	-0,036 (0,053)	-0,020 (0,039)
Observações	924	811	774	845	784	733	731	919	766

Fontes: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração própria.

Notas: Esta tabela apresenta as descontinuidades estimadas de características municipais e individuais no ponto de corte da margem de vitória da candidata mulher ($V_0 = 0$). Os resultados apresentados foram estimados usando a especificação de regressão descontínua polinomial; as mesmas estimações foram realizadas utilizando a especificação de regressão linear local e os resultados obtidos foram muito similares aos reportados. Desvios-padrão robustos agrupados (*clustered*) a nível estadual. O nível de significância está representado pelos asteriscos: ** $p < 0,05$, * $p < 0,10$.

Espera-se que a estratégia de estimação utilizada controle os dados para características específicas dos municípios, de forma que não deveria haver diferenças nas características municipais entre os grupos de tratamento e controle em torno do ponto de corte $V_0 = 0$ (Brollo e Troiano, 2016). Para testar esta hipótese, as regressões polinomiais²⁷ utilizadas no cálculo principal foram estimadas substituindo-se a variável dependente de interesse por uma série de características demográficas observáveis, entre elas população, PIB e localização geográfica, e características individuais das prefeitas e prefeitos, como educação, estado civil e filiação política. Seus resultados estão apresentados na Tabela 2. Verifica-se que as variáveis estão balanceadas na vizinhança do ponto de corte $V_0 = 0$, ou seja, as variáveis observáveis não são descontínuas no ponto de corte (apenas dois dos 18 coeficientes estimados são estatisticamente significantes).

5.2 Impacto do Gênero sobre a Candidatura e Eleição de Mulheres Vereadoras

As variáveis de interesse foram medidas nas eleições seguintes à eleição em que se verificou a disputa acirrada entre uma candidata mulher e um homem, e nas especificações das regressões os desvios padrões foram sempre agrupados (*clustered*) a nível estadual. Os testes realizados e apresentados neste estudo para avaliar os efeitos de mulheres atuando como prefeitas nos municípios brasileiros se referem ao seu impacto sobre o percentual de mulheres candidatas e eleitas vereadoras naquele município na eleição seguinte.

A Tabela 3 apresenta os principais resultados: o efeito do tratamento, desvios padrões robustos entre parênteses, o número de observações para cada especificação e as margens de vitória ótimas (h) calculadas. O Painel A mostra os resultados da parcela de candidatas à vereadora que eram mulheres e o Painel B exhibe os resultados referentes ao percentual de mulheres eleitas vereadoras. Para ambas variáveis, são apresentados os resultados das regressões de MQG e das duas estimativas de RDD (RLL e Polinomial), descritas na seção 4.3. Para a regressão linear local e para a regressão polinomial, são apresentados os resultados calculados usando um polinômio de segundo grau, com e sem covariadas²⁸.

Em relação ao efeito da presença de uma mulher como prefeita de um município na candidatura de mulheres à vereadora na eleição seguinte do mesmo município, é relevante

²⁷ Os mesmos cálculos foram repetidos com a metodologia apresentada de regressão linear local com uma margem de vitória ótima h e os resultados encontrados foram similares.

²⁸ Ainda que não seja esperado que a inclusão de covariadas altere significativamente os resultados de RDD, sua inclusão pode aumentar a precisão das estimativas e a eficiência do estimador, e estimadores mais ou menos eficientes podem resultar em estimativas diferentes. Além disso, os testes de robustez e de balanceamento da amostra realizados corroboram a validade da exogeneidade.

destacar que os coeficientes são positivos em todas as especificações testadas, o que sugere que o fato de uma mulher ser eleita prefeita em dado ano está correlacionado com um maior percentual de mulheres candidatas à vereadora na eleição seguinte. Contudo, em todas as regressões, os coeficientes não são estatisticamente significantes, de modo que não é possível inferir causalidade nesta relação.

Tabela 3 – Impacto do Gênero da Prefeita Eleita sobre a Candidatura e Eleição de Mulheres para o Cargo de Vereadora

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<i>Painel A: Mulheres Candidatas a Vereadora (%)</i>					
Especificação	MQG	RLL	RLL	Polinomial	Polinomial
Mulher Prefeita	0,268 (0,325)	1,096 (1,062)	0,128 (0,441)	0,493 (1,309)	0,179 (0,482)
Observações	1.799	1.328	741	1.328	748
Grau do Polinômio	-	2	2	2	2
h Ótimo	-	21,33	18,16	21,33	18,16
Covariadas	N	N	S	N	S
<i>Painel B: Mulheres Eleitas Vereadoras (%)</i>					
Especificação	MQG	RLL	RLL	Polinomial	Polinomial
Mulher Prefeita	1,088** (0,485)	1,562 (1,551)	4,640** (2,120)	1,526 (1,811)	4,887* (2,544)
Observações	1.799	1.400	744	1.400	751
Grau do Polinômio	-	2	2	2	2
h Ótimo	-	23,87	18,22	23,87	18,22
Covariadas	N	N	S	N	S

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Notas: Esta tabela apresenta os resultados das estimativas calculadas utilizando os modelos de MQG, RLL e Regressão Descontínua Polinomial com polinômios de segundo grau. A margem de vitória ótima h foi calculada como em Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). Por exemplo, $h = 10$ representa disputas eleitorais competitivas em que o intervalo da margem de vitória utilizado para os cálculos é de -10% a 10%. Desvios-padrão robustos agrupados (*clustered*) a nível estadual. O nível de significância está representado pelos asteriscos: ** $p < 0,05$, * $p < 0,10$.

O Painel B da Tabela 3 apresenta o impacto de se ter uma mulher como prefeita sobre a eleição de mulheres vereadoras nas eleições seguintes de um dado município. Os resultados mostram que, em média, o percentual de mulheres eleitas vereadoras é maior em municípios

nos quais as eleitoras tiveram uma mulher prefeita liderando a política local, nos quatro anos anteriores. Os coeficientes estimados são estatisticamente significantes e suas magnitudes são similares nas duas especificações de RDD com polinômios de segundo grau e covariadas, o que implica que a probabilidade de uma proporção maior de mulheres ser eleita vereadora aumenta entre 4,6 e 4,8 pontos percentuais em municípios com mulheres prefeitas em comparação àqueles com homens prefeitos. Considerando que a média da proporção de mulheres vereadoras na amostra estudada é de 16%, isto equivale a um aumento de aproximadamente 30%.

Mesmo que, em média, tenha se mantido estável ao longo do período estudado, a parcela de mulheres eleitas vereadoras foi maior em municípios nos quais a prefeita era mulher no mandato imediatamente anterior. Isto sugere que a presença de mulheres em uma posição política de destaque pode contribuir para superar barreiras à entrada de mulheres na política em cargos eletivos, como discriminação de gênero para cargos de liderança.

Estes resultados estão em consonância com outros estudos expostos pela literatura internacional. A evidência empírica de países como Índia e Chile aponta para a existência de efeitos positivos da presença de mulheres em cargos políticos eletivos sobre a candidatura de outras mulheres (BHALOTRA; CLOTS-FIGUERAS; IYER, 2013) e sobre a eleição de outras mulheres (BHAVNANI, 2009; SHAIR-ROSENFELD; HINOJOSA, 2014), conforme encontrado nas estimativas desta dissertação.

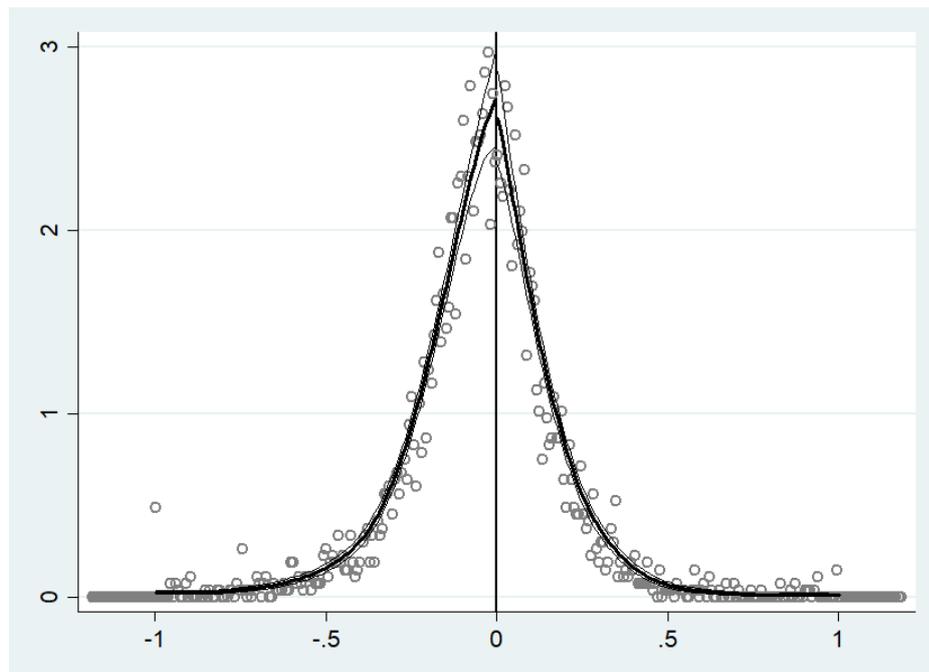
5.3 Testes de Robustez e Validade Externa

Foram realizados vários testes de robustez para checar a validade dos resultados de RDD, em que a probabilidade de que um percentual maior de mulheres sejam eleitas vereadoras aumenta após o mandato de uma prefeita mulher. Os resultados dos testes são apresentados no Gráfico 1 e na Tabela 4 e explicados a seguir. A Tabela 4 exhibe os resultados estimados com o modelo de regressão descontínua polinomial, mas todos os testes de robustez foram calculados usando também o modelo de regressão linear local e os resultados obtidos foram muito similares aos reportados.

Para que a estratégia de identificação seja válida, o método de regressão descontínua se baseia na hipótese de que o tratamento não foi manipulado e, para isso, a densidade da *running variable* deve ser contínua no ponto de corte. No caso desta análise, é necessário testar se os resultados das eleições não foram manipulados. Uma descontinuidade na densidade da *running variable* no ponto de corte pode sugerir que indivíduos conseguiram

manipular a condição de tratamento, o que invalidaria a hipótese de continuidade de RDD. Para avaliar a aleatoriedade da designação do tratamento, examinou-se a densidade da margem de vitória seguindo McCrary (2008) e foi verificado que não há evidências de descontinuidade no ponto zero (Gráfico 1). A descontinuidade estimada foi -0,031 com um desvio padrão igual a 0,073.

Gráfico 1 – Teste de McCrary



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Notas: Estimação *kernel* da densidade da *running variable* (margem de vitória da candidata mulher) executada separadamente em cada lado do ponto de corte (zero). $V_{it} > 0$ quando a candidata vencedora da eleição no município i , no ano t é mulher; $V_{it} < 0$ quando o candidato vencedor da eleição no município i e no ano t é homem. Descontinuidade estimada de -0,031 e desvio padrão igual de 0,073.

Outro cuidado importante ao usar RDD é que os resultados podem ser consequência das formas funcionais utilizadas. A especificação principal da Tabela 3 controla para um polinômio de segundo grau na margem de vitória. Para aumentar a confiança de que o impacto foi corretamente estimado, os cálculos foram repetidos com outras formas funcionais e os resultados encontrados ao controlar a margem de vitória com polinômios de primeiro, terceiro e quarto graus são similares aos originais, como mostra o Painel A da Tabela 4. O coeficiente inclusive aumenta nos casos dos polinômios de terceiro e quarto grau e a significância estatística se mantém em todos eles. A estimação também foi similar e significativa quando se restringiu o intervalo (h) da amostra para valores mais apertados da margem de vitória (Painel B).

Para afastar a possibilidade de que os resultados obtidos decorrem do acaso ao invés de uma relação causal verdadeira, foram realizados alguns testes placebo. As duas primeiras colunas do Painel C da Tabela 4 trazem os resultados de testes placebos que consideram descontinuidades em pontos da margem de vitória nos quais não deveria haver saltos, ou seja, pontos diferentes de zero. Como sugerido por Bhalotra, Clots-Figueras e Iyer (2013), estes testes foram calculados definindo como descontinuidades falsas as medianas das subamostras nos dois lados do ponto de corte real da margem de vitória (zero). Os coeficientes de interesse são menores e estatisticamente insignificantes.

Tabela 4 – Testes de Robustez

	(1)	(2)	(3)
	Mulheres Eleitas Vereadoras (%)		
<i>Painel A: Mudanças na Forma Funcional</i>			
Mulher Prefeita	3,101*	5,363*	5,054*
	(1,701)	(2,767)	(3,097)
Observações	828	919	980
Grau do Polinômio	-	3	4
h	ótimo	ótimo	ótimo
<i>Painel B: Intervalos Menores da Margem de Vitória</i>			
Mulher Prefeita	5,364*	10,392*	
	(3,254)	(6,089)	
Observações	497	163	
Grau do Polinômio	2	2	
h	10,00	3,00	
<i>Painel C: Testes Placebo</i>			<i>t-4</i>
Mulher Prefeita	0,028	-2,082	-1,969
	(2,452)	(2,239)	(2,154)
Observações	683	629	824
Grau do Polinômio	2	2	2
h	ótimo	ótimo	ótimo
Ponto de Descontinuidade Falso	-12,23	9,39	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Notas: Os resultados apresentados foram estimados usando a especificação de regressão descontínua polinomial; as mesmas estimações foram realizadas utilizando a especificação de regressão linear local e os resultados obtidos foram muito similares aos reportados. A margem de vitória ótima h foi calculada como em Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). Por exemplo, $h = 10$ representa disputas eleitorais competitivas em que o intervalo da margem de vitória utilizado para os cálculos é de -10% a 10%. Desvios-padrão robustos agrupados (*clustered*) a nível estadual. O nível de significância está representado pelos asteriscos: * $p < 0,10$.

Por fim, as estimativas de RDD foram computadas substituindo-se a variável dependente pelo percentual de vereadoras mulheres eleitas na eleição anterior à que uma mulher ganhou ou perdeu uma disputa acirrada pela prefeitura contra um homem (em $t - 4$), que não deveria ser afetado pelo resultado da eleição seguinte. O efeito encontrado não é estatisticamente significativo, como mostra a última coluna do Painel C da Tabela 4, o que reforça a confiança nesses resultados de RDD.

Tabela 5 – Estatísticas Descritivas: Eleições Mistas vs. Outras Eleições

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	Outras Eleições		Eleições Mistas		Diferença	P-valor
	Média	N	Média	N		
<i>Painel A: Características Municipais</i>						
População	34.976	19.105	12.713	1.799	22.263	0,000
População Feminina	0,493	19.105	0,492	1.799	0,002	0,000
População Urbana	0,606	19.105	0,562	1.799	0,044	0,000
Taxa de Alfabetização	0,767	19.105	0,727	1.799	0,040	0,000
PIB per capita (taxa de crescimento)	0,604	19.105	0,588	1.799	0,016	0,360
Taxa de Reeleição	0,202	19.105	0,241	1.799	-0,040	0,000
Taxa de Reeleição de Mulheres	0,012	19.105	0,106	1.799	-0,093	0,000
Taxa de Eleição de Mulheres	0,053	19.105	0,417	1.799	-0,364	0,000
Norte	0,081	19.105	0,080	1.799	0,002	0,801
Nordeste	0,312	19.105	0,429	1.799	-0,117	0,000
Sudeste	0,308	19.105	0,224	1.799	0,084	0,000
Sul	0,217	19.105	0,168	1.799	0,048	0,000
Centro-Oeste	0,082	19.105	0,100	1.799	-0,017	0,011
<i>Painel B: Características Individuais</i>						
Idade	48	19.105	47	1.799	2	0,019
Lê e Escreve	0,014	19.105	0,016	1.799	-0,003	0,362
Ensino Fundamental	0,078	19.105	0,069	1.799	0,009	0,166
Ensino Médio	0,260	19.105	0,259	1.799	0,001	0,926
Ensino Superior	0,434	19.105	0,450	1.799	-0,016	0,198
Casada	0,799	19.105	0,759	1.799	0,040	0,000
PT	0,083	19.105	0,072	1.799	0,011	0,103
PMDB	0,203	19.105	0,217	1.799	-0,015	0,135
PSDB	0,152	19.105	0,130	1.799	0,022	0,012
DEM	0,114	19.105	0,123	1.799	-0,009	0,266

Fontes: TSE e IBGE. Elaboração própria.

Notas: *Eleições Mistas* considera a amostra de municípios com menos de 200 mil eleitoras nos quais uma mulher e um homem concorreram à prefeitura. *Outras Eleições* considera os outros municípios. Colunas (1) e (3) apresentam a média dos valores de cada uma dessas amostras; *N* é o número de observações; *Diferença* é a diferença entre as médias das duas amostras; e *P-valor* se refere à significância estatística da diferença entre as médias.

A estratégia empírica empregada é válida para municípios com eleições mistas muito competitivas. Entretanto, é possível que estes resultados não sejam aplicáveis aos outros municípios brasileiros e em situações caracterizadas pela ausência de competição eleitoral. Na Tabela 5, comparam-se características municipais e individuais da amostra utilizada nos cálculos deste estudo com as características dos outros municípios. Os municípios estudados são menores, mais pobres, menos urbanizados e menos educados que o resto dos municípios brasileiros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação contribui para o esforço de aumentar a representatividade feminina na política ao evidenciar o impacto de mulheres em cargos políticos de destaque sobre a candidatura e eleição de outras mulheres. Aplicando uma Regressão Descontínua em disputas eleitorais acirradas em que uma mulher e um homem concorreram para a prefeitura, demonstrou-se que a parcela de mulheres eleitas vereadoras foi maior em municípios nos quais foi eleita uma prefeita mulher na eleição anterior.

Considerando que o percentual de mulheres eleitas vereadoras se manteve estável no período estudado, é muito relevante que esse padrão não se repita quando mulheres ocupam cargos de liderança na política local, uma vez que este mecanismo pode contribuir para superar obstáculos à entrada de mulheres no ambiente político. Considerando ainda que a presença de uma mulher prefeita parece não influenciar a proporção de candidatas mulheres na eleição seguinte, isto indica que foi a preferência das eleitoras se modificou, uma vez que, quando expostas a lideranças políticas femininas, passaram a eleger mais mulheres para cargos políticos. Esses fatores sugerem que a presença de mulheres em uma posição política de destaque pode funcionar como um mecanismo importante para aumentar a representatividade feminina na política ao modificar o comportamento das eleitoras, levando-as a eleger mais mulheres.

A exclusão política das mulheres deve ser desenvolvida partindo do entendimento da ordem social existente e do lugar de opressão que a mulher ocupa historicamente na sociedade. Essa exclusão é operada por camadas de instituições dominadas por homens. A diferenciação entre as esferas pública e privada é necessária para perceber como a divisão sexual do trabalho penaliza a participação paritária de mulheres e homens na vida pública, dificultando a inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política, e como a existência desses espaços pode comprometer sua integridade física e psicológica. É preciso considerar essas desigualdades para compreender a sub-representação das mulheres, como grupo, em todos os âmbitos da política brasileira.

As abordagens teóricas de Pitkin (1967) e Phillips (1995, 1999) sobre a representação política enfatizam que nem a presença de mulheres nem a existência de pessoas que afirmam defender seus interesses são suficientes para que as mulheres estejam bem representadas politicamente. Por um lado, a presença feminina se faz essencial, pois apenas as mulheres são capazes de fazer presente a perspectiva social que compartilham enquanto grupo, perspectiva essa resultante do lugar de opressão a partir do qual vivenciam a sociedade. Por outro, é

necessário assegurar que as diversas questões, necessidades e interesses femininos sejam promovidas no meio político, de forma que decisões políticas e políticas públicas atendam as complexidades interseccionais e contribuam ativamente para redução das desigualdades e criação de uma sociedade mais equânime. A inexistência de uma lista fechada de interesses das mulheres, que formam um grupo múltiplo e complexo torna ainda mais necessária a ampliação da presença de mulheres no cenário político. Aí se encontra a importância da diversidade no contexto político: sem diversidade, não há representatividade, e a representatividade é imprescindível para a democracia. O governo deve ser formado por pessoas diversas, no que diz respeito à raça, gênero, classe social, orientação sexual e tantos outros aspectos para que seja possível romper o ciclo de perpetuação hegemônica de poder de um grupo.

Os estudos empíricos são uma ferramenta fundamental para potencializar a discussão teórica e embasar tomadas de decisão, proposições formais ou políticas públicas. Uma extensa literatura mostra que, em muitos contextos, a identidade dos políticos faz diferença para a formulação e implementação de políticas. Em particular, a evidência empírica existente em países semelhantes ao Brasil corrobora os resultados obtidos neste estudo de que a eleição mulheres prefeitas impacta positivamente a candidatura e eleição de outras mulheres para a Câmara de Vereadores (ainda que o impacto seja significativo apenas para a sua eleição). Estes dados são importantes para o direcionamento de ações que objetivem a participação paritária de mulheres e homens na política, como a implementação e melhorias da política de cotas e outras ações afirmativas no Brasil. Este pode ser um instrumento potente para avançar na representatividade da mulher na política brasileira.

O presente estudo não encerra esta discussão. Pelo contrário, levanta uma série de questões para pesquisas futuras. Primeiramente, pode-se ainda calcular a persistência dos efeitos encontrados, por exemplo, substituindo as variáveis dependentes por candidatas e vereadoras eleitas em $t + 8$ ou $t + 12$. Também há espaço para aprofundar o entendimento de como a atuação das lideranças políticas femininas impacta as preferências das eleitoras, se são necessárias articulações políticas e ações ativas ou se sua presença enquanto símbolo já é suficiente. Outra questão que se coloca é a avaliação da efetividade da política de cotas no Brasil com as novas regras envolvendo o fundo partidário. Por fim, é preciso continuar desenvolvendo estudos empíricos no contexto brasileiro que analisem se a presença feminina em posições de liderança política tem se traduzido em representação substantiva da mulher, investigando aspectos ainda não estudados.

“Representar significa fazer presente algo que não está presente de fato” (Pitkin, 1967, p. 92). A tarefa de alcançar paridade de gênero em instituições políticas é enorme e as razões para a sub-representação das mulheres são múltiplas. Não existe solução única ou simples. É necessário um esforço contínuo no desenvolvimento de incentivos econômicos, institucionais e políticos para estimular a entrada de novas mulheres na arena política. Além disso, não é suficiente assegurar apenas paridade na presença, as instituições precisam ser redefinidas incorporando também a perspectiva da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J. S. *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion*. [S.l.]: Princeton University Press, 2009.
- ARAÚJO, C. M. O. Mulheres e Representação Política: A Experiência das Cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 6, n. 1, 1998.
- AVELAR, L. *Mulheres na Elite Política Brasileira*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BERTRAND, M. New Perspectives on Gender. *Handbook of Labor Economics*, v. 4B, p. 1545-1592, 2010.
- BESLEY, T.; CASE, A. Political Institutions and Policy Choices: Evidence from the United States. *Journal of Economic Literature*, v. 41, n. 1, p. 7-73, março de 2003.
- BHALOTRA, S.; CLOTS-FIGUERAS, I. Health and the Political Agency of Women. *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 6, n. 2, p. 164-197, 2014.
- BHALOTRA, S.; CLOTS-FIGUERAS, I.; IYER, L. Path-Breakers: How Does Women's Political Participation Respond to Electoral Success? *The Economic Journal*, v. 128, n. 614, p. 1844-1878, março de 2017.
- BHAVNANI, R. R. Do Electoral Quotas Work after They Are Withdrawn? Evidence from a Natural Experiment in India. *The American Political Science Review*, v. 103, n. 1, p. 23-35, fevereiro de 2009.
- BIROLI, F. Teorias Feministas da Política, Empiria e Normatividade. *Lua Nova*, São Paulo, n. 102, p. 173-210, dezembro de 2017.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. *Feminismo e Política: uma Introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BROLLO, F.; TROIANO, U. What Happens When a Woman Wins an Election? Evidence from Close Races in Brazil. *Journal of Development Economics*, v. 122, p. 28-45, setembro de 2016.
- BROOCKMAN, D. E. Do female politicians empower women to vote or run for office? A regression discontinuity approach. *Electoral Studies*, v. 34, p. 190-204, junho de 2014.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; FARRELL, M. H. On the Effect of Bias Estimation on Coverage Accuracy in Nonparametric Inference. *Journal of the American Statistical Association*, v. 113, n. 522, p. 767-779, março de 2018.

- CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; TITIUNIK, R. Robust Nonparametric Confidence Intervals for Regression-Discontinuity Designs. *Econometrica*, v. 82, n. 6, p. 2295-2326, dezembro de 2014.
- CASCIO, E. U.; WASHINGTON, E. Valuing the Vote: The Redistribution of Voting Rights and State Funds Following the Voting Rights Act of 1965. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 129, n. 1, p. 379-433, fevereiro de 2014.
- CHATTOPADHYAY, R.; DUFLO, E. Women as Policy Makers: Evidence from a Randomized Policy Experiment in India. *Econometrica*, v. 72, n. 5, p. 1409-1443, Setembro de 2004.
- CHILDS, S.; LOVENDUSKI, J. Political Representation. *The Oxford Handbook of Gender and Politics*, março de 2013.
- CHRISTIANO, T. An Argument for Democratic Equality. In: CHRISTIANO, T. *Philosophy and Democracy: An Anthology*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003. Cap. 2, p. 39-67.
- CLOTS-FIGUERAS, I. Women in politics: Evidence from the Indian States. *Journal of Public Economics*, v. 95, n. 7-8, p. 664-690, agosto de 2011.
- CLOTS-FIGUERAS, I. Are Female Leaders Good for Education? Evidence from India. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 4, n. 1, p. 212-244, janeiro de 2012.
- DATAFOLHA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). São Paulo. 2019.
- DUFLO, E. Women's Empowerment and Economic Development. *Journal of Economic Literature*, v. 50, n. 4, p. 1051-1079, dezembro de 2012.
- EDLUND, L.; PANDE, R. Why Have Women Become Left-Wing? The Political Gender Gap and the Decline in Marriage. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 117, n. 3, p. 917-961, agosto de 2002.
- HAHN, J.; TODD, P.; VAN DER KLAUW, W. Identification and Estimation of Treatment Effects with a Regression-Discontinuity Design. *Econometrica*, v. 69, n. 1, p. 201-209, janeiro de 2001.
- IMBENS, G. W.; LEMIEUX, T. Regression discontinuity designs: A guide to practice. *Journal of Econometrics*, v. 142, n. 2, p. 615-635, fevereiro de 2008.
- KLAŠNJA, M.; TITIUNIK, R. The Incumbency Curse: Weak Parties, Term Limits, and Unfulfilled Accountability. *American Political Science Review*, v. 111, n. 1, p. 129-148, fevereiro de 2017.

- LEE, D. S. Randomized experiments from non-random selection in U.S. House elections. *Journal of Econometrics*, v. 142, n. 2, p. 675-697, fevereiro de 2008.
- LEE, D. S.; MORETTI, E.; BUTLER, M. J. Do Voters Affect or Elect Policies? Evidence from the U. S. House. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 119, n. 3, p. 807-859, agosto de 2004.
- MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MCCRARY, J. Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. *Journal of Econometrics*, v. 142, n. 2, p. 698-714, fevereiro de 2008.
- MILLER, G. Women's Suffrage, Political Responsiveness, and Child Survival in American History. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 123, n. 3, p. 1287-1327, agosto de 2008.
- PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERSSON, T.; TABELLINI, G. *Political Economics: Explaining Economic Policy*. [S.l.]: MIT Press, 2000.
- PETTERSSON-LIDBOM, P. Do Parties Matter for Economic Outcomes? A Regression-Discontinuity Approach. *Journal of the European Economic Association*, v. 6, n. 5, p. 1037-1056, setembro de 2008.
- PHILLIPS, A. Democracy and Difference: Some Problems for Feminist Theory. In: CHRISTIANO, T. *Philosophy and Democracy: An Anthology*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003. Cap. 14, p. 310-319.
- _____. *The Politics of Presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- _____. *Which equalities matter?* Londres: Polity, 1999.
- PITKIN, H. F. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia Das Letras, 2018.
- SHAIR-ROSENFELD, S. The alternative incumbency effect: Electing women legislators in Indonesia. *Electoral Studies*, v. 31, n. 3, p. 576-587, setembro de 2012.
- SHAIR-ROSENFELD, S.; HINOJOSA, M. Does Female Incumbency Reduce Gender Bias in Elections? Evidence from Chile. *Political Research Quarterly*, v. 67, n. 4, p. 837-850, novembro de 2014.

SVALERYD, H. Women's representation and public spending. *European Journal of Political Economy*, v. 25, n. 2, p. 186-198, junho de 2009.

THOMÉ, D.; MELO, H. P. D. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

VIDAL, A. 'Intersectional feminism'. What the hell is it? (And why you should care). *The Telegraph*, Londres, 15 janeiro 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2LKE2BM>>. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Gender Gap Report 2018*. World Economic Forum. Geneva. 2018.

APÊNDICE

Tabela A1 – Evolução da Participação de Mulheres no Cargo de Prefeitas no Brasil

	2000	2004	2008	2012	2016
Taxa de Reeleição Total	0,000	0,233	0,358	0,228	0,215
Taxa de Reeleição de Gênero	0,000	0,017	0,034	0,030	0,035
Total de Prefeitas Mulheres	290	390	457	616	624
Percentual de Prefeitas Mulheres	0,056	0,073	0,089	0,116	0,116
Total de Prefeitas Mulheres Pretas	-	-	-	-	10
Percentual de Prefeitas Mulheres Pretas	-	-	-	-	0,002
Média do Percentual de Mulheres Candidatas a Prefeitas	0,072	0,092	0,107	0,133	0,131
Média do Percentual de Mulheres Pretas Candidatas a Prefeitas	-	-	-	-	0,003
N	5143	5319	5141	5301	5378

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Notas: *N* é o número de observações.